

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA**

**PALIMPSESTOS DO SÍTIO RUÍNAS DO TEATRO: PERSPECTIVAS DA
ARQUEOLOGIA URBANA NA CIDADE DE LARANJEIRAS-SE.**

DEFESA DE MESTRADO

MARCIA RODRIGUES SANTOS

Laranjeiras-SE

2015

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA**

**PALIMPSESTOS DO SÍTIO RUÍNAS DO TEATRO: PERSPECTIVAS DA
ARQUEOLOGIA URBANA NA CIDADE DE LARANJEIRAS-SE.**

MARCIA RODRIGUES SANTOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em ARQUEOLOGIA, como requisito à obtenção do título de Mestre em Arqueologia.

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Barbosa da Costa Guimarães

Laranjeiras-SE
2015

MARCIA RODRIGUES SANTOS

APRESENTADA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Aprovação: 10 de Fevereiro de 2015

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^a Dr^a Márcia Barbosa da Costa Guimarães (PROARQ/UFS)

1º Examinador (a): Prof. Dr. Jenilton Ferreira Santos (PROARQ/UFS)

2º Examinador: Prof. Dr. Samuel Barros de Medeiros Albuquerque (DMU/UFS)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

AGRADECIMENTOS

A Deus.

Antonio dos Santos, Zilma Rodrigues, Julia Rodrigues, Claudia Rodrigues, Rodrigues's.

Márcia Barbosa da Costa Guimarães.

Jaqueline Machado, Eskarlete Peres, Alba Rosane Salvador, Thaissa Almeida, Eliane Peres, Beijanizy Abadia, Monica Nunes, Clara Reis, Roberta Rosa, Eunice Dantas, Danilo Rodrigues.

Ton Ferreira, Paulo Bava de Camargo, Moises Siqueira, Milton Barbosa, Maria da Glória Almeida, Gilson Reis, Suely Amancio.

RESUMO

Este trabalho expõe os resultados da pesquisa efetivada no âmbito da Arqueologia Urbana como aporte para interpretar a cidade de Laranjeiras/SE. A cidade aqui é entendida a partir da construção de modernidade consubstanciada nas práticas e comportamentos sociais resultantes da adoção do modo de vida burguês. O objetivo é traçar um panorama histórico-urbano da Laranjeiras Oitocentista e analisar a sua dinâmica, tendo como hipótese a construção local da modernidade a partir de representações e práticas políticas, econômicas e sociais de sua população. Para tanto, abordei o sítio histórico “Ruínas do Teatro”, palco de várias atividades, que constituíram os seus *palimpsestos*. A metodologia aplicada está solidificada no referencial teórico da Arqueologia Urbana para interpretar a história do edifício e assim, identificar o desenvolvimento urbano da cidade de Laranjeiras. Os resultados permitiram construir a concepção de modernidade a partir das particularidades da elite agrária, de imigrantes germânicos, dos trabalhadores livres e do grande contingente de escravos, agentes sociais responsáveis pela construção, propagação e consolidação das ideias de modernidade que afetaram o Brasil na virada do século XIX.

Palavras-chave: Sedimentação Urbana - Modernidade - Dinâmica Social -
Ruínas do Teatro – Fundação Munck

ABSTRACT

This work exposes the outcomes obtained from the research performed in the urban context ambit that focus on Urban Archaeology as a support to understand the city of Laranjeiras, Sergipe. The city here is understood from the construction of modernity based in the practices and social behavior resulting from the adoption of the bourgeois way of life. The purpose is to draw a historical-urban panorama of Laranjeiras of the nineteenth century and analyze their dynamics, under the hypothesis the local construction of modernity from representations and practices politics, economic and social of its population. Therefore, I approached about the historical site “The Ruins of the Theatre”, this local was the stage for many activities that constituted its palimpsests. The methodology applied is solidified on the theoretical reference of Urban Archaeology to interpret and contextualize the history of the building and, thereby, identify the evolution of the city of Laranjeiras and its urban development. The results allowed to build the concept of modernity from the particularities of the landed elite, of German immigrants, free workers and the large number of slaves, social agents responsible for building, spread and consolidation of ideas of modernity that desolated the Brazil at the turn of XIX century.

Keywords: Urban Sedimentation - Modernity - Social Dynamics - Ruins of the Theatre - Casting Munck.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	4
RESUMO	5
ABSTRACT	6
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	8
LISTA DE QUADROS.....	9
1. INTRODUÇÃO	10
2. REVISÃO DA LITERATURA.....	15
2.1 ARQUEOLOGIA URBANA: ASPECTOS TEÓRICOS	15
2.2 ARQUEOLOGIA INTERPRETATIVA COMO ALTERNATIVA	26
3. FORMAS URBANAS.....	33
3.1 ORIGEM DA CIDADE	33
3.1 LARANJEIRAS MODERNA	42
4. PALIMPSESTOS DO SÍTIO RÚINAS DO TEATRO	52
4.1 METODOLOGIA DA PESQUISA DE CAMPO	55
4.1.1 <i>Matriz Estratigráfica</i>	56
4.1.2 <i>Os Locus</i>	62
4.2 INDICADORES DE OCUPAÇÕES: INTERPRETANDO OS VESTÍGIOS	69
4.2.1 <i>Alfândega</i>	70
4.2.2 <i>Teatro</i>	75
4.2.3 <i>Trapiche/Fundição</i>	77
4.2.4 <i>Vila</i>	86
5. CONSIDERAÇÕES	91
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	93
ANEXOS	100
APÊNDICES.....	113

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Distribuição das primeiras habitações no perímetro urbano de Laranjeiras, em 1606. Retirado de LEÃO, 2011.	44
Figura 2 - Mapa da dispersão urbana, 1840. Retirado de LEÃO, 2011.	45
Figura 3 - Centro histórico da cidade de Laranjeiras-SE.	52
Figura 4 - Fachada do Teatro São Pedro. Sítio RT, 2012.	53
Figura 5 - Parede oeste com demarcação de pilar. Sítio RT, 2012.	54
Figura 6 - Parte interna da fachada com verga de madeira. Parede sul.	55
Figura 7 - Desenho de diagrama da Matriz de Harris. HARRIS, 1991.	58
Figura 8 - Desenho das relações entre as camadas estratigráficas. HARRIS, 1991. ...	59
Figura 9 - Desenho do perfil Sul, Locus 1, sítio RT.	60
Figura 10 - Desenho de diagrama do perfil sul.	61
Figura 11 – Estrutura encontrada no Locus 1, 2012.	64
Figura 12 - Estrutura 10 (piso de cimento evidenciado nas escavações).	65
Figura 13 – Construção em forma de vila, em ruínas. Sítio RT, 2013.	66
Figura 14 - Estrutura 1 do Locus 3: evidências da parede norte. Sítio RT, 2013.	67
Figura 15 – Estrutura 01, Locus 3: Piso às margem do rio Cotinguiba.	68
Figura 16 - Estrutura 01, Locus 3: arco às margem do rio Cotinguiba. Sítio RT, 2013.	69
Figura 17 - Recorte do Jornal do Commercio, de 1842.	72
Figura 18 – Estrutura 09 encontrada no sítio RT, 2013.	74
Figura 19 - Moeda de 80 réis, de 1828 (Império). Sítio RT, 2013.	75
Figura 20 - Recorte do jornal O Larangeirense, de 23 de setembro de 1888, se referindo a um teatro novo.	76
Figura 21 – Recorte do Almanaque Garnier, 1906. Vista aérea de Laranjeiras, com destaque ao trapiche Conceição.	77
Figura 22 – Recorte do Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, 1906-1911.	78
Figura 23 - Referencia a Albert Munck. OLIVEIRA, 1945.	79
Figura 24 - Escórias, pregos, parafusos e cravos retirados do locus 1. Sítio RT, 2013.	80
Figura 25 – Peça em ferro, evidenciada durante as escavações do sítio RT, 2013. ...	81
Figura 26 - Peça em ferro. Sítio RT, 2013.	81
Figura 27 - Peça em ferro retirada nas escavações do RT, Locus 3. Sítio RT, 2013. ...	82
Figura 28 - Peças retiradas do Locus 1. Sítio RT, 2013.	83
Figura 29 - Cravos 1 com haste quadrada e cabeça quadrada, 2 – Cabeça quadrada descentralizada e haste quadrada. 3 – haste prismática e cabeça circular 4 – prego.	84
Figura 30 - Moeda de 1920, de 50 centavos. Sítio RT, 2013.	85
Figura 31 - Moeda de 300 réis, de 1938. Sítio RT, 2013.	85
Figura 32 - Brinquedos de plástico retirados do Locus 1. Sítio RT, 2013.	86
Figura 33 - Bolas de gude retiradas dos Locus 1 e 3. Sítio RT, 2013.	87
Figura 34 - Botões de costura em plástico. Sítio RT, 2013.	87
Figura 35 - Tampas de esmalte em plástico. Sítio RT, 2013.	88
Figura 36 - Ampolas em vidro, de anestésicos odontológicos. Sítio RT, 2013.	88
Figura 37 - Dentes humanos. Sítio RT, 2013.	89
Figura 38 - Seringas retiradas das escavações do sítio RT, 2013.	89
Figura 39 – Moedas de 50 centavos, de 1942. Sítio RT, 2013.	90
Figura 40 Moedas de centavos, das décadas de 1980 e 1990. Sítio RT, 2013.	90

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Estruturas arquitetônicas evidenciadas no <i>Locus</i> 1.....	63
Quadro 02 – Estruturas arquitetônicas evidenciadas no <i>Locus</i> 3.....	67

1. INTRODUÇÃO

Intitulada de **Palimpsestos do sítio Ruínas do Teatro: Perspectivas da Arqueologia Urbana na cidade de Laranjeiras-SE**, esta dissertação expõe os resultados da pesquisa efetivada no âmbito do contexto urbano, que enfatiza a construção de modernidade como aporte para interpretar a cidade de Laranjeiras. A cidade aqui é vista como um modelo das formas sociais que ultrapassa o patrimônio arquitetônico representante da elite agrária do século XIX.

A elaboração desta dissertação referencia a cidade de Laranjeiras marcada, no presente, por um perturbador e contraditório descompasso entre os monumentos históricos imponentes, a carência e o abandono da população atual, constituindo um momento de inflexão na trajetória de estratégias e investimentos, públicos e privados, relacionados à gestão urbana. Os princípios que levam a essa reflexão baseiam-se na construção de um saber moderno que alcançou o Brasil no final do século XIX e início do século XX, a partir da leitura que permite a apreensão da cidade nos termos da Arqueologia Urbana.

A Arqueologia Histórica tem focado em períodos mais recentes denominada de Arqueologia Contemporânea e Recente, abarcando a Época Moderna e o Período Industrial, incidindo na atualidade sobre os aspectos que marcaram esses tempos. E é nessa sequência que a Arqueologia Urbana ganha destaque, pois possibilita entender a vida da *urbe*, entendida esta como junção entre mobiliário urbano e os cidadãos, sujeitos do modo de vida citadino. Espaços ocupados por quarteirões e bairros, anteriormente construídos, foram reocupados e alterados, adequados e reestruturados, ressignificados e reapropriados, construindo os *palimpsestos* de vestígios materiais e de experiências vividas que a Arqueologia Urbana trata.

O termo *Arqueologia Urbana* tem se difundido em textos dedicados exclusivamente ao estudo arqueológico das cidades. Do ponto de vista estritamente técnico apresenta métodos próprios, derivados da complexidade estratigráfica dos solos das cidades históricas, pelas sucessivas camadas de ocupações que se sobrepõem e são reconstruídas continuamente, exigindo

assim um rigoroso registro. É perceptível, porém, que as exigências dos projetos de intervenções urbanas, quase sempre emergenciais, nem sempre são conciliáveis com as necessidades de rigor dos registros resultantes da complexidade desses espaços. O grande valor científico dos solos urbanos, em contraste com o valor das ruínas priorizadas nos projetos arquitetônicos e de engenharia, resulta em ações muitas vezes desastrosas para a construção da Arqueologia das cidades.

Foi notada e enfatizada neste estudo, a sobreposição de uma multiplicidade de elementos urbanos singulares e influentes, abrangentes e contraditórios que contam a história de ocupação e expansão da malha urbana de Laranjeiras e abre-se como uma grande oportunidade para perceber, ler e interpretar a cultura material gerada pelos seus palimpsestos. Assim, pressupondo a construção dessa malha urbana em produções contínuas e subsequentes, é gerada também uma densa faceta cultural mesclada e adaptada e que deixam as suas marcas nas estruturas e na cultura material, produzidas ao longo do tempo.

A produção da malha urbana se dá em uma ação fluente e dinâmica por diferentes agentes e sujeitos sociais e pode ser entendida tanto através de manifestações culturais, relacionadas às performances sociais, quanto através do mobiliário urbano e da cultura material em diferentes momentos históricos. E neste caso, toda a área da cidade construída é entendida como palco das práticas e representações sociais ao longo de sua ocupação e é *locus* privilegiado de atuação da Arqueologia Urbana: unidades domésticas, espaços públicos e privados, ruas e avenidas, quintais, edifícios públicos, de distintos agentes sociais ou mesmo de uma comunidade.

A observância às mudanças que ocorrem na morfologia da cidade é importante porque quando se faz uma leitura do dinamismo social, a forma e o planejamento da cidade, nota-se os reflexos dessas mudanças. Ao passo que os espaços são utilizados são também transformados e adaptados, enquadrados e contextualizados em seus distintos quadros temporais. São refletidos nas formas materiais e geográficas, mostrando que houve uma expansão do perímetro urbano, com adaptações em seu construto e o aumento

considerável da população que saiu do campo para a cidade, tendo tido uma remodelagem dos seus espaços.

Considerando tais pressupostos, o foco do meu trabalho é a cidade de Laranjeiras, entendida como complexa, como um mosaico urbano, de apogeu e decadência, de “celebração” e exclusão, de sobrados, trapiches e engenhos, onde a Arqueologia Urbana encontra espaço privilegiado de atuação. Esta cidade buscou se estabelecer nos moldes modernos e civilizatórios das cidades europeias, no século XIX. Isso acarretou na necessidade de mudanças não somente econômica ou comportamental, de hábitos e costumes que estavam arraigados na população, mas também em todo o seu construto. Na metade do século XIX, as elites dirigentes e alguns de seus intelectuais insistiam na necessidade da Modernidade, não somente em seus sistemas produtivos, mas em toda a configuração social e morfológica da cidade de Laranjeiras. O plano urbanístico de enquadramento da cidade aos padrões de modernidade acarretou também a reutilização de alguns prédios para outras funcionalidades, gradualmente transformados pelos fatos urbanos ao longo do tempo. Foram adaptados e incorporados aos diversos momentos dessa *urbe*. Esse fator lega a arquitetura como uma herança cultural marcante da imponência dessa modernidade. O seu estudo, junto à cultura material, possibilita melhor compreensão do panorama histórico de Laranjeiras.

Os estudos arqueológicos desenvolvidos na cidade de Laranjeiras têm estimulado novos vieses para reinterpretá-la. E é nesta possibilidade que meu estudo se insere. Suscito uma reflexão a respeito do desenvolvimento urbano, através de uma concepção de modernidade local em que a cultura material e os *palimpsestos* urbanos são sujeitos e objetos atuantes na construção desta ideia.

O sítio histórico Ruínas do Teatro foi, no passado, agente ativo dos moldes de modernidade de uma época, atualmente ruínas de uma construção. Este sítio está localizado no perímetro urbano, compondo o conjunto arquitetônico e paisagístico tombado pelo IPHAN. O rio Cotinguiba serpenteia os fundos do “antigo teatro” e complementa o cenário urbano da cidade. A sua presença exige maior atenção no que tange às interpretações, levando em

conta que este foi componente ativo do contexto urbano, tendo sido a principal via de comunicação, de fluxo de pessoas, coisas e ideias da modernidade. Assim, também o sítio abordado apresenta um dos inúmeros portos fluviais que se distribuíam ao longo do rio e, neste sentido, assume grande importância no entendimento da urbanização e da modernidade da cidade de Laranjeiras.

Para alcançar os objetivos propostos, estruturei a dissertação em quatro capítulos. O primeiro capítulo refere-se às bases conceituais e metodológicas para compreensão do tema. Nele são apresentadas as teorias e propostas para o desenvolvimento da Arqueologia no perímetro urbano, bem como a sua complexidade e custos. São citados trabalhos relevantes, que mostram a importância da Arqueologia Urbana para revelar a origem de uma cidade, responder questionamentos a respeito das teorias de sua fundação, ou hipotéticas interpretações a cerca da evolução da trama urbana. O cotidiano material, os objetos de uso comum, em diferentes épocas, e que também podem ser lidos e interpretados. Propus um diálogo com a Arqueologia Interpretativa para interpretar a cultura material retirada do sítio RT¹. Michael Shanks e Ian Hodder (1997) abriram caminho para os postulados da Arqueologia Interpretativa que, segundo eles, é uma prática que exige do intérprete responsabilidade sobre as suas ações e interpretações, se colocando em primeira pessoa que pensa a Arqueologia como uma prática presente que constrói o seu discurso sobre os traços materiais do passado. As práticas sociais e o fazer arqueológico estão relacionados com os seus significados, ou seja, trabalhar, fazer, agir, são interpretativos. Também é definida como infinita porque não existe um conhecimento final e definitivo e esta mais preocupada em entender o sentido dos fatos do que as explicações casuais. Consequentemente, abre espaço para a multivocalidade em que diferentes interpretações sobre as mesmas coisas são possíveis. Assim, pode ser apresentada uma pluralidade de discursos arqueológicos, adequados a diferentes propostas através de um procedimento criativo, em que o interesse sobre o passado material é considerado.

¹ RT – Abreviatura e referencia técnica do sítio Ruínas do Teatro.

No segundo capítulo são apresentadas as origens da cidade moderna, as configurações que caracterizam os espaços urbanos, expondo os seus problemas, como reflexo de um processo histórico. São expostas as narrativas dos espaços urbanos, as práticas e as expressões sociais que emoldura a vida cotidiana que estabeleceu a identidade da sociedade brasileira. Apresento as cidades portuguesas no Brasil e o princípio de modernidade estabelecido no século XIX, em que a linha “europeizada” foi dominante, causando a difusão cultural na sociedade brasileira. O afastamento dos costumes portugueses e o crescimento do consumo de produtos importados como vestimentas, supérfluos, bens de consumo semiduráveis, trocados por açúcar e café, faziam com que a corte brasileira parecesse uma nova Paris na América. Alencastro (1997) diz que os padrões de vida francesa também foram copiados pela população rural. Mas além da indumentária, a corte deveria se caracterizar completamente para se enquadrar aos moldes das elites europeias. Isso incluía mudança de hábitos em toda a maneira de comportamento nas suas práticas sociais.

Ainda no segundo capítulo apresento a cidade de Laranjeiras, como se estabeleceu e se consolidou como *urbe*. O dinamismo social que a caracterizou no século XIX e início do século XX, bem como o seu desenvolvimento econômico calcado em uma concepção de modernidade.

No terceiro capítulo foco no estudo de caso. Nele apresento a metodologia da pesquisa arqueológica, especificando as etapas das escavações, a conformação estratigráfica com base na Matriz de Harris, a cultura material que junto ao levantamento histórico daquele espaço serviram para interpretar o sítio “RT”.

No quarto capítulo, apresento os resultados da pesquisa e as minhas considerações finais.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 ARQUEOLOGIA URBANA: ASPECTOS TEÓRICOS

Os fundamentos teóricos e metodológicos da Arqueologia Urbana são, grosso modo, os mesmos da Arqueologia no seu geral. As suas especificidades correspondem ao fato de serem as cidades, enquanto objetos de estudo, espaços em constante e contínua renovação. Os meios urbanos centralizam importantes espaços, com cargas simbólicas, com economias complexas, com instituições políticas e administrativas, com especialização do trabalho e estratificação social. A Arqueologia Urbana pode recuperar informações sobre estes e outros aspectos das comunidades através de métodos de trabalho de campo e de laboratório, cada vez mais em crescente desenvolvimento. Assim, a própria decisão de escavar, as razões que motivam a escavação e a programação dos trabalhos em sítios urbanos, apresentam contornos distintos, com pontos predeterminados e aproveitamento de oportunidades de novas construções em que a malha urbana atual torna-se disponível para a escavação.

A Arqueologia Urbana pode trazer informações importantes, independentes e complementares à documentação escrita de determinados espaços edificados que não ficaram registrados, contribuindo para identificar, por exemplo, relações comerciais ou alterações socioeconômicas. Isso não impede, contudo, que as fontes escritas e orais constituam subsídios fundamentais na pesquisa e interpretação dos *palimpsestos* dos aglomerados urbanos (O'KEEFFE & YAMIN, 2006).

As práticas abordadas pela Arqueologia Urbana, tanto particularista que considera o ambiente onde o sítio está inserido (Arqueologia na cidade), quanto sistêmica, em que o sítio é considerado elemento de um sistema mais amplo (Arqueologia da cidade), apresentam informações sobre esse sistema, que envolve o estudo da cultura material e as formas deposicionais assimiladas espacial e temporalmente, condicionadas ao estudo do comportamento humano, em um cenário urbano. A área específica investigada é tida como

dependente das mudanças ocorridas em todo o tecido social, em que a abordagem sistêmica apresenta melhores condições para o entendimento da evolução das sociedades urbanas em decorrência da amplitude de oportunidades para investigações (YAMIN, 2000).

A Arqueologia Urbana quase sempre está vinculada a projetos de construção/restauração e suas atividades têm lugar juntamente com os trabalhadores e sob a vista de um público em geral, que em sua crescente demanda por prestação de contas é frequentemente convidado a visitar e visualizar as atividades que estão acontecendo na escavação. Tais trabalhos podem resultar em novas histórias sobre as cidades, trazendo à luz a vida do passado urbano. A sua prática ocorre no entorno urbano, em vias de urbanização, focada na materialidade do passado, presente nesses espaços de aglomerados urbanos ainda vivos e vigentes, que estabelecem conexões entre os pontos de convergência entre passado e presente que funcionam como interlocutores entre si. É uma pretensão de visão holística da cidade, sua evolução, as razões da sua configuração urbana que abarca a complexidade da realidade urbana.

A introdução dos estudos de perspectivas urbanas inclui estratégias de desenvolvimento e seu significado no urbanismo que propicia a sustentabilidade de modelos presentes de integração com a cultura material. Há uma grande relevância atribuída ao diálogo entre desenho urbano e Arqueologia, que pode atingir nuances qualitativos no estudo das cidades. É também um trabalho desafiador. A pesquisa em sítios grandes, com cultura material abundante e diversificada tende a custos mais altos, além de estratigrafias complexas e profundas, o que tornam as escavações mais lentas. Também é altamente visível ao público, o que implica no desenvolvimento de relações públicas e desafios de segurança. Deve haver um projeto de pesquisa potencialmente planejado, com dedicação de recursos para educação e apoio ao público. Um bom planejamento de pesquisa permite que o trabalho tenha bom êxito. E importante é que as memórias não se percam, para que a identidade se perpetue nas cidades, das cidades.

Mais relevante para os trabalhos arqueológicos, entretanto, são os registros materiais em si, dentro e fora do chão, que evocam a complexidade da vida urbana. Paisagens mais antigas interconectadas com sua configuração atual, raramente preservam a história espacial dos trabalhadores comuns e das vidas cotidianas e outras histórias não contadas. Indicar a interface entre Arqueologia e desenho urbano é entrelaçar os espaços e os artefatos com dimensões espaciais e perspectivas gradativas que levam a um mútuo ponto de partida deste tema: movimento, espaço e artefatos na paisagem urbana e que representam ao longo de suas histórias as relações complexas entre a comunidade e sua paisagem. O mundo material se pronuncia com maior força no âmbito das cidades conforme o dinamismo dos espaços e objetos, compondo uma rede de relações sociais que provocam uma instabilidade morfológica. Esse mobilismo dos espaços e das coisas tende a lógica da variabilidade que a dinâmica histórica lhe possibilita, podendo não ter os mesmos significados em um único momento. Abordar as cidades do presente abdicando do seu potencial volúvel é subestimar os elementos de coesão identitária e o respeito pelos modos de vida das comunidades (YAMIN, 2000).

E nessa proposta o meu estudo leva em conta a importância da cultura material para reescrever a história de uma comunidade. A cultura material serve, por exemplo, para fazer uma investigação do comércio e modos de produção e as diferenças entre produção de manufatura e industrial. Além disso, uma investigação arquitetônica e iconográfica pode ser feita através de métodos padronizados. As informações são agrupadas para fazer um relatório narrativo com a intenção de incorporar evidências de pesquisa em arquivos e mapas de regressão para alinhar o desenvolvimento histórico através do sítio estudado. E ainda, testemunhos orais também devem ser recolhidos para que as memórias sejam descritas. Hipóteses devem ser levantadas a respeito das práticas realizadas no espaço estudado. Esses conjuntos podem dar uma visão sobre o repertório de tarefas que foram realizadas por um determinado indivíduo ou por um grupo. O relatório técnico e o arquivo fotográfico ficam como um registro do prédio.

O trabalho do arqueólogo urbano consiste em escavações arqueológicas realizadas no perímetro urbano e como em qualquer outra profissão, deve ser

regulamentado por normas acordadas e códigos de condutas das instituições regulamentadoras. Também deve fazer um trabalho satisfatório e condizente com as exigências do mercado de trabalho porque algumas empresas do ramo da construção civil ainda não conseguem compreender o que os arqueólogos fazem e questionam o porquê e para quem são feitos esses trabalhos. Essas escavações geralmente atraem o interesse da mídia e suscita questionamentos da comunidade que habita no entorno do sítio. A intervenção prática reacende o interesse nas vidas esquecidas de homens comuns, mulheres e crianças e as suas histórias que muitas vezes não figuram nos livros.

Dois princípios importantes foram estabelecidos para os trabalhos de Arqueologia Urbana: em primeiro lugar, o material arqueológico deve ser preservado *in situ* sempre que possível, até que seja feito o seu rigoroso registro. Segundo, deve-se buscar financiamento para dar suporte aos trabalhos arqueológicos, além de medidas preventivas para que os relatórios sejam publicados e os arqueólogos sejam incentivados a avaliar o potencial de seus locais de investigação e alocar seus recursos em conformidade. E que seja dada maior ênfase às estratégias de pesquisa regional e nacional para alocar financiamento estatal para projetos e em termos da presente discussão, que possibilite a Arqueologia urbana ganhar sua própria voz (SYMONDS, 2009; YAMIN, 2000).

Assim, ao se trabalhar em sítios urbanos, o arqueólogo deve estar ciente da sua grande complexidade, levando em conta o fato das cidades serem vastos sítios arqueológicos, pela sua extensão territorial, com complexas histórias. Além disso, as cidades que foram ocupadas ou estabelecidas após 1500, ainda são habitadas e há um constante processo de ocupações contínuas, que geram profundos registros estratigráficos. Locais com uso diário contemporâneo geram perturbações nas camadas mais rasas e raramente o arqueólogo pode escolher os locais específicos, dentro do ambiente urbano, que deseja explorar (YAMIN, op. cit.).

Arqueologia Urbana pode contribuir de maneira contundente na forma de escrever novas narrativas sobre as cidades. Seus espaços, simultaneamente locais e globais, acomodam justaposições de arquitetura refinada e vernacular,

e que operam como espaços de oportunidades, inovação, mas também de opressão. As técnicas são as já conhecidas no campo arqueológico, como levantamentos e escavações, para recuperar as histórias de determinado ambiente, das mudanças da cidade e o seu desenvolvimento espacial e estrutural. O arqueólogo também pode buscar interpretações e explicações de como a cultura de um local se movimenta, em sua relação material-social, como mostra meu estudo.

As evidências arqueológicas vistas a partir de um sítio urbano exige a exploração das particularidades de cada contexto social dentro de um panorama geral, ou seja, toda a cidade. Tais preceitos baseiam-se na tentativa de entender os significados atrás das coisas, de cada indivíduo que cria o seu mundo dentro dos limites culturais da sua época. E a sociedade moderna é definida pela inclusão de novas práticas em um cenário que retrata bem essas transformações sociais e espaciais, expressas em seu construto e em toda a malha social, levando em conta a pluralidade e a particularidade dentro do cenário social e dos contextos de significação da cultura material.

A partir desses argumentos, Symonds (op. cit.) reflete sobre as escavações arqueológicas realizadas na Inglaterra, junto a uma fileira de casas de trabalhadores, construídas em 1820, e demolidas como parte de um esquema de eliminação das favelas, em 1930. O trabalho atraiu o interesse da mídia e provocou debates a respeito da pobreza e condições precárias no saneamento básico da cidade, suscitando questionamento sobre as condições de saneamento e a prevenção da epidemia de cólera ocorrida em 1832. O autor enfatizou o orgulho cívico, o interesse da mídia e da comunidade, além da forma como esse trabalho tentava descobrir mais sobre a vida de homens comuns, mulheres e crianças daquela cidade, que não figuram nos livros. A intervenção reacendeu o interesse naquelas histórias esquecidas. Através da cultura material abriu-se um leque de interpretações. Os talheres encontrados serviram para fazer uma investigação do comércio, modos de produção e as diferenças entre produção de manufatura e industrial. Sobre as ferramentas velhas retiradas dos edifícios, abriram hipóteses relacionadas o descarte. O autor explica que antes da demolição do prédio, as ferramentas, papéis e demais objetos foram removidos. O relatório técnico e o arquivo fotográfico

ficaram como um registro do prédio, mas a cobertura que se deu à cultura material foi o principal objetivo do exercício que serviu para criar um registro do espaço e das atividades de trabalho.

As gerações anteriores de arqueólogos urbanos, na Inglaterra, estavam preocupadas com questões de origens, continuidade e mudanças. O discurso conceitual de "continuidade e mudança" era um desejo disfarçado para localizar um momento no tempo. O que muitos arqueólogos realmente queriam era identificar as origens inglesas e encontrar provas concretas para o crescimento das suas instituições e sua vida urbana. Os arqueólogos que estudam contextos urbanos foram obrigados a deixar, no entanto, uma vez que nem urbanismo nem anglicismo foram claramente definidos, as verdades, aparentemente essenciais em muitas narrativas históricas em que estavam ausentes. As avaliações arqueológicas e documentais ajudaram a desenvolver paisagens arqueológicas potencialmente ricas, com uma história cultural longa e variada. Neste caso, a Arqueologia Urbana é muito mais que uma obrigação contratual, tem um papel vital a desempenhar na renovação da comunidade que olha para o passado e para o futuro. Portanto, é importante para entender o passado das cidades e para estimativas do futuro. Esta disciplina já está bem definida, porém ainda há dificuldades em se trabalhar em sítios urbanos, devido à profundidade e complexidade dos depósitos arqueológicos, além dos problemas de lidar com conjuntos de sítios enormes e muitas vezes mistos. Os desafios surgem quando são feitas tentativas de integrar diferentes evidências às diferentes abordagens e algumas medidas conclusivas que estão unidas no desejo de criar histórias que operam em uma escala humana, concentrando-se em indivíduos reais e famílias que tem relevância e significado para os cidadãos urbanos contemporâneos.

Os estudos de (YAMIN, 1998; 2000; 2001a; 2001b) (BRIGHTON, 2001; FITTS, 2001; WALL, 2001), produzidos a partir das escavações na cidade de New York, na favela mais famosa da América do século XIX, o *Five Points*, retrata claramente a importância da Arqueologia Urbana para entender além da perspectiva literária de literatura romântica.

O bairro foi descrito pelo historiador Daniel Czitrom como "muito provavelmente o bairro mais bem narrado nos Estados Unidos" (YAMIN, 2000, p. 67). Localizado ao extremo sul da Chinatown, o *Five Points* tomou o nome dos cinco cantos formados pela interseção de três ruas: Orange (atual Baxter), Cruz (mais tarde Parque e atualmente Mosco) e Anthony (atual Worth, que originalmente terminava em cruzamento e, assim, fez cinco em vez de seis cantos). A autora apresenta os resultados das escavações arqueológicas que incluem relatórios e ensaios narrativos e interpretativos, concentrados no papel da mulher, assuntos domésticos, aspirações pessoais e a manutenção de tradições familiares, que diferem das narrativas predominantes, com foco no sexo masculino, baseadas em vícios, misérias, violências, e perversões sexuais. Enfoca a necessidade de escrever textos narrativos baseados nos dados arqueológicos e na pesquisa histórica, percebendo o valor das narrativas para maior amplitude da divulgação dos resultados para um público mais amplo. Para a autora, a história real do *Five Points* está imbricada em "imaginação" e "interpretação", indo além de simples dados arqueológicos para o reconhecimento dos fatos.

Charles Dickens, no início de 1840, e diversos outros escritores, escreveram a respeito do *Five Points* para narrar seus mistérios e misérias, o que, segundo autora, aguça o apetite para uma melhor compreensão desse lugar descrito por uma revista de 1853 como "sinônimo de ignorância, para a miséria mais abjeta, para a degradação tão profunda que a natureza humana não pode afundar-se abaixo dela". A partir das escavações em 1991, os arqueólogos desenterraram cerca de 850 mil artefatos, que inclui centenas de objetos como pentes, cachimbos, penicos, garrafas, restos de ossos, etc, que forneceram uma visão da vida cotidiana nessa área. O *Five Points* também foi um bairro verdadeiramente multi-étnico, com índices de concentrações mais altos da cidade dentre negros, irlandeses, judeus, chineses e italianos. Tais narrativas ganharam maior notoriedade após exposição da cultura material, e introdução do discurso científico, antes apenas narrativas de literatura romântica.

No Brasil, escavações feitas nas cidades para entender o fenômeno de urbanização das cidades, têm sido de notória importância para o estudo de

Arqueologia Urbana. Narrativas a respeito da *urbe* brasileira do século XIX, que se baseava numa Europa moderna, burguesa e capitalista, como se estabeleceu e tem se comportado, são relevantes para entender a formação dos espaços urbanos.

As unidades domésticas localizadas no espaço urbano podem estabelecer uma relação entre contextos, material arqueológico e dados históricos, para interpretar as práticas cotidianas domésticas e o processo de modernidade, constituído no século XIX. A Era Capitalista trouxe transições e transformações nos modos de vida da sociedade brasileira. E neste caso, as evidências materiais que possibilitam entender as mudanças nas relações entre as coisas e as pessoas, bem como os seus valores na constituição desse cotidiano e ainda se pode construir uma narrativa desse século, no Brasil, pautado em parâmetros europeus, mas com especificidades locais (TOCCHETTO, 2003). A apropriação das representações nos discursos europeus modernos implicou na leitura/reconstrução/ressignificação dos valores e práticas da sociedade brasileira, por conta das particularidades de leitura interpretativa e das dicotomias entre o discurso e a prática e os sentidos e significações que são construídos a partir de experiências, tradições e referências do sujeito. Assim, as relações da vida doméstica, as práticas cotidianas conduzidas por sujeitos ativos na construção e reprodução sociocultural, podem ser vistas sob um viés arqueológico. Através de amostras arqueológicas é possível entender as práticas da sociedade moderna brasileira do século XIX, voltadas para a busca do “afrancesamento” dessa elite que ostentava, através dos bens de consumo, um *status* socioeconômico no nível das principais cidades modernas do mundo e assim, estabelecer essa modernidade no Brasil.

Lima (1995) conduziu escavações no perímetro urbano da cidade do Rio de Janeiro, em sítios históricos do século XIX. O estudo ajudou a compreender a sociedade carioca Oitocentista sob o viés arqueológico, baseado na análise dos fragmentos de louça que correspondem ao serviço de mesa, como jantar, chá e café, práticas da vida cotidiana, europeizantes, incorporadas a essa sociedade e que representa um papel simbólico, além de funcional. O que se

buscou entender foi como a sociedade carioca desse período adquiriu práticas e modos de uma vida burguesa e que segundo a autora é entendida como

(...) as formas de comportamento decorrentes da ideologia de privatização que se consolidou na Europa ao longo do século XIX, paralelamente aos avanços da industrialização, valorizando o individualismo, as fronteiras entre o público e o privado, o universo familiar e a ritualização da vida cotidiana, a acumulação de capital (tanto real, quanto simbólico), os critérios de 'respeitabilidade', a fetichização do consumo e a ascensão social (LIMA, 1995, p. 130).

Assim, o estudo da dinâmica das louças utilizadas no cenário doméstico e os motivos decorativos, singulares, dizem muito a respeito dos modos de vida da sociedade desse século que se baseava no modelo político, social e econômico de industrialização europeia. E é expressiva a importância da cultura material para interpretar essa sociedade, porque corresponde à estética e ao estilo de vida de uma época.

Por um lado, uma burguesia ascendente que se estabilizou através do poderio de capital e que visava ditar novas regras e impor novos estilos. Um esbanjamento de bens de consumo, práticas ostensivas e seu empenho em adquirir mais capital pelas atividades comerciais, manufactureiras, financeiras e administrativas. Por outro lado, a decadente sociedade cortesã, composta por faustos de famílias tradicionais, aristocratas que sofreram grande embate pela incapacidade de administrar o dinheiro, o que resultou em grandes despesas e altíssimas dívidas. Assim, a burguesia ganhou espaço e buscou legitimar os seus valores, copiados da sociedade aristocrata. Esta dizia possuir o requinte e o bom gosto, símbolos de distinção, títulos de nobreza, imitados e simulados pela burguesia que tentava dirimir as diferenças entre ambas.

As unidades domésticas, como espaço de múltiplas relações sociais, são capazes de agregar membros de um grupo que exercia atividades cotidianas. A casa passou a ter uma função importante na nova ordem da sociedade burguesa, que buscou ambientes reservados e individualizados, que garantiam privacidade. Por conseguinte, o espaço doméstico ganhou as suas subdivisões. Dentre esses, a sala de jantar ganhou expressividade porque era o espaço das representações sociais:

O século XIX fez da sala de jantar um espaço de exibição, de representações eminentemente masculino, onde eram expostas as alfaias da família, símbolos de prestígio e superioridade social. O

senhor da casa comandava esse espetáculo, destinado sobretudo à consolidação de vínculos e alianças (LIMA, op. cit., p. 136).

O local era padronizado e adequado aos membros da família. A mobília e os enfeites ajudavam a legitimar a função específica daquele ambiente. E ainda tinha a preparação dos alimentos, tarefa destinada exclusivamente a mulher. Os alimentos seguiam padrões da alimentação francesa, assim como toda a ornamentação e a ritualização na hora das refeições, na primeira metade do século XIX. Manuais de boas maneiras e de receitas europeias também eram publicados. Em 1870, algumas práticas de seguimento à *la française* foram abandonadas, sendo usadas apenas em jantares públicos e outras adaptadas aos segmentos de hábitos lusitanos, no espaço privado. Assim, a análise das práticas e conduta à mesa serviu como fonte para entender o comportamento variado dos grupos sociais do século XIX e a louça de mesa é um objeto expressivo para tal análise, que vai desde o seu fabrico, sua produção, as principais indústrias europeias – com supremacia a indústria inglesa, suas categorias, ápice, difusão e consumo da sociedade carioca Oitocentista. Significados podem ser inseridos quanto ao uso da cultura material, associado ao caráter simbólico hierárquico, de gênero, de contrastes e contradições.

Escavações em depósitos de lixo, também de unidades domésticas em que foram encontrados fragmentos em louça, dentre outros materiais, servem como aporte interpretativo para descrever o Brasil Oitocentista. Amostras variadas de segmentos de louça, que inclui o uso das classes dominantes e suas relações com classes subalternas e o sistema capitalista e transformações na passagem do século XIX, podem determinar práticas e comportamentos dessa sociedade (SYMANSKI, 1997; 1998; 2007). É no espaço urbano que são incorporadas as ideias do público e do privado, ou seja, dos espaços delimitados às atividades específicas, como a cozinha para a prática do preparo de alimentos, o dormitório para dormir, a sala como um espaço de reunião familiar e refeições. A assimilação da noção exata desses espaços e os seus limites se dá pela análise do próprio espaço como paredes, portas, janelas, que se comunica com a própria cultura material produzida em cada um desses cômodos. Dentro deste contexto, o artefato atua como

indicador de relações sociais, também atua como mediador das atividades humanas (ZARANKIN, FUNARI e SYMANSKI, 1988).

As características que compreendem a sociedade brasileira como dinâmica e instável, de ocupação e expansão, foram abordadas pela Arqueologia Urbana. Essas características configuram testemunhos de uma irreversível e peculiar maneira de expressão e segmentos da *urbe* brasileira, que visa uma leitura com base nos pressupostos teóricos e práticos de investigação para as diferentes interpretações que partem dos diferentes aspectos e peculiaridades desta sociedade. É válido recorrer a essas peculiaridades da cidade e seus arredores para ter maior clareza do espaço urbano, suas características e transformações.

A Arqueologia Urbana é hoje, por força da legislação, da consciência social e política, responsável pelo resgate e preservação do patrimônio, uma prática em franca expansão. Pela responsabilidade social inerente às disciplinas que atuam na área do patrimônio e da herança cultural, a Arqueologia tem amplas responsabilidades na sensibilização, na preservação, educação e na construção do conhecimento das paisagens urbanas históricas, tanto à escala local, quanto a nacional e internacional. Assim, o discurso que interage esta pesquisa está fundamentado nas ideias do campo científico da Arqueologia Urbana, no qual interpretações contemporâneas dos espaços urbanos foram unidas às perspectivas históricas, trazido para um diálogo com as ciências humanas e sociais, sintetizado à pesquisa arqueológica através da cultura material. Desta forma, a cidade de Laranjeiras é vista como uma unidade de análise, considerando o sítio arqueológico RT como dependente das mudanças ocorridas em todo o tecido social da cidade. Esta cidade é percebida como viva, em permanente evolução, onde as pesquisas arqueológicas dão pano de fundo à investigação da sua *urbe*, percebendo as suas constantes mudanças sociais e morfológicas que resultam em seus *palimpsestos*.

Alguns sítios arqueológicos no perímetro urbano de Laranjeiras foram estudados (Antiga Carpintaria da Prefeitura, Igreja Nossa Senhora da Conceição dos Homens Pardos, Panificação Barroso), mas a ausência do

discurso a respeito da sua *urbe* enfatiza a necessidade deste estudo que foca não somente na teoria, mas nos métodos e técnicas para a prática da Arqueologia e um modelo discursivo embasado na Arqueologia Urbana. O ponto eminente é a responsabilidade social de ultrapassar os interesses meramente científicos, que motive a comunidade a conhecer um pouco mais da sua própria cidade. Para isto, não se deve perder de vista a ressalva de que a prática da Arqueologia Urbana em meio citadino requer um diálogo do arqueólogo com a comunidade que vive no entorno do sítio, para uma interação desta com aquela, numa troca de informações que estimulam a valorização espontânea dos sítios arqueológicos e o interesse sobre as sociedades do passado. A esse passado podem ser inferidas infinitas interpretações, a partir de uma mínima evidência. Cada fragmento encontrado pode contestar hipóteses ou suscitar outras. Neste sentido, a cultura material também foi importante fonte sobre as ocupações do sítio RT: alfândega, trapiche, fundição, vila. Palimpsestos que representam a dimensão da vida das pessoas e suas histórias.

2.2 ARQUEOLOGIA INTERPRETATIVA COMO ALTERNATIVA

Para tratar dos sítios históricos no perímetro urbano da cidade de Laranjeiras é importante buscar um discurso que possibilite a interação com a teoria. Para isso, estruturei o corpo teórico com base na Arqueologia Interpretativa, que é definida pela multiplicidade de leituras da cultura material, em seus distintos contextos verbais e sociais.

A Arqueologia é uma prática que exige do intérprete responsabilidade sobre as suas ações e interpretações. Ao se colocar em primeira pessoa, o pesquisador pensa a Arqueologia como uma prática no presente e constrói o seu discurso sobre o passado. As práticas sociais e o fazer arqueológico estão relacionados com os seus significados, ou seja, trabalhar, fazer, agir são interpretativos. Também é definida como infinita porque não existe um conhecimento final e definitivo, estando mais preocupada em entender o sentido dos fatos do que as explicações casuais. Consequentemente, abre

espaço para a multivocalidade em que diferentes interpretações sobre as mesmas coisas são possíveis. Assim, pode ser apresentada uma pluralidade de discursos arqueológicos, adequados às diferentes propostas através de um procedimento criativo, em que o interesse sobre o passado material é considerado (SHANKS & HODDER, 1997). Desta forma, os procedimentos hermenêuticos auxiliam no diálogo entre inferências, hipóteses e dados para solucionar uma série de questionamentos, que não necessariamente galgam uma verdade objetiva, mas procuram interagir com diversas teorias aplicadas às questões específicas do fazer arqueológico (HODDER, 2000).

A interpretação é sempre hermenêutica, já que a própria palavra se trata de inferência de significados; e a partir do momento em que o arqueólogo interpreta o objeto está implicitamente atribuindo-lhes valores e significados. A cultura material é como um texto que é interpretado e até manipulado de acordo com quem o lê. E tal leitura está carregada de valores culturais (JOHNSON, 2000).

Na Arqueologia Interpretativa é inconcebível ver o passado de forma homogeneizante. Neste caso, as formas materiais podem ser compartilhadas como indicadores de construções identitárias específicas em espaços específicos, a fim de procurar diferentes perspectivas de conceber uma narrativa em que a cultura material pode ser manipulada por atores sociais. Além disto, expõe símbolos sociais, formam fronteiras e legitimam poder (TILLEY, 1996).

A criação de significados atribuídos à cultura material emerge a partir da produção linguística, por procedimentos hermenêuticos, como dito anteriormente, realizando assim, um diálogo dialético entre inferências, hipóteses e dados que se encaixam às evidências empíricas, sendo também infinito e indefinido sobre o passado. Assim, o artefato está envolvido na construção de uma rede de significações, da relação entre pessoas e as suas ações sociais (SHANKS & HODDER, 1995).

A interpretação é ainda multivocal: diferentes coisas com diferentes leituras, ou seja, uma pluralidade de discursos arqueológicos adequados para diferentes propostas. Discursos críticos, criativos, com interesses de pessoas,

grupos ou comunidades, sobre o passado material, que envolve a etnografia temporal dos artefatos e da maneira como eles se relacionam com estruturas concretas e eventos simbólicos e abstratos, passível de significação. Esta abordagem busca uma realidade cultural sortida de perspectivas diversas que tenta identificar versões sobrepostas, muitas vezes incoerentes, mas que possibilita conexões e interrelações que envolvem as evidências materiais para a interpretação do passado (HODDER, 1994).

A abordagem interpretativa refere-se, ainda, ao campo interpretativo filosófico e literário que em parte, são responsáveis pelo acréscimo de conteúdo intelectual do pensamento das ciências sociais e humanas recentes. A observação do contexto histórico e cultural possibilita ao homem ser ativo na criação de significados. A partir deste aspecto, a cultura material é vista como um meio de comunicação e expressão, e tende a ser condicional, ou até mesmo, controlar a ação social. É a versão de uma abordagem interpretativa, interligada às outras áreas das Ciências Humanas, ligadas ao estudo do simbólico, da semiótica, das teorias sociais, antropológicas, da ação social e do discurso social que se constituem na necessidade de construção do contexto social e cultural relacionado ao uso do artefato. A cultura material é tida como dissociável nos estudos de Arqueologia, já que se trata da forma material do que é imaterial, ou, dito de outra maneira, é o tangível produto de uma cultura. Isto tem implicações importantes para esta disciplina que procura interpretar as sociedades por meio de sua materialidade (BEAUDRY, 2007).

Fazer essa leitura linguística é de grande valia porque na medida em que se permite ver além de interpretações puramente funcionais das coisas, também serve para relegar os usos práticos da cultura material para uma posição de importância secundária. Os arqueólogos começaram a considerar o estudo da cultura material como um meio para um fim, uma maneira de chegar ao mais interessante, mas ausentes aspectos cognitivos da vida humana: as crenças, valores e ideias simbólicas de uma cultura. Assim como a linguagem, a cultura material apresenta signos e pode ser considerada como textos implícitos, lidos e interpretados, redigidos por pessoas diferentes abertos a múltiplas interpretações. Por meio de discursos materiais as pessoas falam

silenciosamente sobre si mesmas, sobre sua visão de mundo, sobre o que não pode ou não deve ser dito verbalmente (LIMA, 2009).

Os aspectos cognitivos estão fortemente atrelados ao uso da cultura material. A insatisfação e as novas tendências intelectuais relacionadas à Teoria Literária, Antropologia e História fizeram com que o pensamento arqueológico dominante fosse contestado, quebrando paradigmas empiristas. Essa mudança de pensamento teórico fez com que surgissem novas abordagens e possibilidades de estudos (LIMA, op. cit.). E neste caso, se pode conferir diferentes significados em que o objeto é visto como símbolo e, portanto, algo determinado pela sociedade que envolve o simbolizado. A relação entre o símbolo e o simbolizado é dinâmica e em constante mudança (JOHNSON, 2000).

O uso do objeto como símbolo envolve diversas formas de manifestação cultural, portanto, é pan-cultural. Os artefatos vistos através de símbolos influenciaram na vida de quem os utilizou, ou seja, apresentam atributos culturais específicos. Através da análise de seus usos é que surge a possibilidade de estudo do indivíduo e a construção da sua identidade cultural. Esta última compara o 'eu' e o 'outro', e os grupos subordinados (escravos, mulheres e indígenas) que tiveram mais liberdade nas horas de lazer, momento em que expressavam e se auto definiam, diferente do local de trabalho (BEAUDRY, 2007).

A manifestação do "eu" também acontece nos espaços urbanos. As pessoas que vivem nas cidades reconhecem o outro através da localização espacial e aparência, através da observação (olhar). A observação da aparência tem ligação com interpretações simbólicas (maneira de se vestir, de usar ornamentos corpóreos e análise comportamental). Estes símbolos que comunicam algo partilham de contextos diferentes daqueles impostos pela cultura dominante tradicionalista, exemplo: alfinetes de fraldas utilizado na orelha de um "punk", ao invés de ser utilizado de uma forma tradicional, ou seja, como alfinete. O estilo mostra as sub-culturas étnicas e de classes como sendo definidor de grupos, utilizado tanto como ferramenta para identificar grupos em comum, e utilizado como arma para implicar grupos opostos. O

pertencimento (membro ou não do grupo) está atrelado às relações de poder e as distintas classes sociais (BEAUDRY, op. cit.,).

A cultura material é um diagnóstico concreto da presença de identidades específicas em um determinado local (HODDER, 1992; TILLEY, 1996). Um espaço doméstico, por exemplo, representa o local onde as pessoas se socializam através de atividades cotidianas, como comer, sentar, caminhar, sendo o espaço o meio para a prática, socialmente produzido. Essas práticas, bem como a distribuição do espaço e a cultura material produzida neste, fornecem significados a determinados lugares. Desta forma, a ativa ação social é encarada como produtora direta de cultura material e a organização do espaço não apenas reflete, mas produz práticas sociais, em uma relação que pode ser vista dentro do contexto urbano recheado de múltiplas facetas.

Nesta perspectiva, uma área de atividades está ligada a uma interpretação do espaço social, que vai além dos limites físicos, introduzindo uma multiplicidade de significados a ambientes específicos, neste caso, a cidade. Atividades podem ocorrer em um dado local, fornecendo diferentes contextos sociais, a locações específicas, possibilitando a organização do espaço e a geração de práticas sociais. O conceito social possui uma variedade de significados, os quais dependem do contexto histórico e da perspectiva teórica. Questões de gênero, multivocalidade e etnia, começaram a ser consideradas e contêm um grande potencial reflexivo para a ética e as implicações da prática profissional, com componentes sociais explícitos da prática arqueológica. Através da lente interpretativa tais contribuições são notáveis no desenvolvimento de atitudes reflexivas no uso da Arqueologia Urbana, em conjunto com a deslegitimação dos discursos hegemônicos do passado. Ambos ajudam a sensibilizar os arqueólogos para os problemas sociais e segmentos marginalizados da sociedade.

A Arqueologia é uma prática do presente com uma produção de textos sobre o passado. O passado, porém, não é idêntico à sua representação e a ideia de que a realidade pode ser observada de forma objetiva, definida com base em formulações de medidas, dimensões e quantificações, pode não ser apropriada. A realidade deve ser compreendida como um campo polissêmico

constituído na prática, dependente das formulações dos indivíduos que a examinam, subjacentes às suas escolhas, ideias, formação, que influenciam a própria produção (SHANKS & TILLEY, 1992).

Para entender a cultura material como uma objetivação do ser social e como é transformada por práticas sociais ou de trabalho produtivo em um objeto cultural, seja ele um produto para consumo imediato, uma ferramenta ou uma obra de arte de objetificação - a série da transformação da matéria em um objeto cultural - é a consequência inevitável relacionada que flui do trabalho. Cultura material resulta de uma combinação de produtividade e como uma produção é o resultado da atividade intencional que leva a marca indelével do sujeito posicionado em relação às estruturas sociais e estratégias sociais (LIMA, 2009).

Além disso, atribuir significado a cultura material assinalam o maior desafio aos arqueólogos que consistem na capacidade de conferir significância a um mundo de objetos sem sentido e não-significativo, levando em conta que os vestígios sociais do passado são sem sentido no presente e requerem decodificação. Pessoas constroem e organizam as suas atividades em um campo social pré-constituído e efetuam simultaneamente uma ordenação da representação dessas atividades na linguagem e nos objetos materiais. É um esquema simbólico ou uma modalidade de ação no mundo onde as atividades não podem ser entendidas nem explicadas separadamente (SHANKS & TILLEY, 1992).

Como a cultura material é polivalente e atua nos canais multidimensionais e multivocais, qualquer interpretação simplista deve ser descartada. Esta não pode nem ser considerada como um espelho direto da sociedade. Deve haver, de preferência, uma vasta gama de diferentes tipos de provas, a fim de operem juntos no campo das interpretações no âmbito das relações sociais, econômicas, políticas e ideológicas. Esta é resultado da atividade produtiva e, portanto, uma objetivação. Como tal, ela está sempre envolvida ativamente na estruturação das práticas sociais. Não é um simples reflexo da totalidade ou existência de relações sociais, mas forma um conjunto de recursos, uma ordem simbólica dentro da prática, elaborado em cima das

relações políticas, ativada e manipulada em ideologia. O objetivo do estudo de uma Arqueologia totalmente social é, então, a relação da cultura material com a padronização de práticas sociais, estratégias sociais e estruturas sociais em totalidades sociais determinadas no passado e no presente.

Ler a cultura material do sítio “RT”, na cidade de Laranjeiras, Sergipe, possibilitou entender esta sociedade e a construção de modernidade, apresentando significados atuais com características específicas, introduzidas à cidade. Significados do passado representados por usos e formas. Esta leitura da cultura material resultou em novas histórias sobre Laranjeiras. A minha é apenas uma delas. Os registros materiais em si, dentro e fora do chão, evocam as complexidades desta urbe e seu dinamismo urbano. Os objetos culturais que estão relacionados com o seu passado, sob os quais atuaram e deram resultados da vida cotidiana de Laranjeiras, não foram somente limpos e classificados, foram lidos e interpretados de maneira conjunta para entender as diferenças que há nessa sociedade.

A leitura da cultura material encontrada no local das escavações deu ideia da dimensão das narrativas e atividades cotidianas que se desenvolveram neste lugar e que estavam fortemente atreladas ao discurso da modernidade. O que hoje não tem mais um uso habitual foi interpretado como importante indício para tratar a presença de atividades relacionadas ao capitalismo em Laranjeiras, em fins século do XIX e início do XX, patenteando a modernidade naquela cidade, como é o caso dos objetos e refugos metálicos. Os objetos ali depositados foram agentes ativos na construção de uma narrativa arqueológica baseada no papel que representa a introdução da modernidade na sociedade larenjeirense.

A interface interpretativa permitiu entrelaçar os espaços e os artefatos em uma narrativa textual que dialogou gradativamente com perspectivas que levaram a um mútuo ponto de partida deste tema: movimento, espaço e artefatos na paisagem urbana desta cidade de, que representam, ao longo do historiado tempo, as relações complexas entre a comunidade e seus espaços circundantes. E é através desta narrativa que as interpretações da cultura material foram trazidas para este diálogo do urbano.

3. FORMAS URBANAS

3.1 ORIGEM DA CIDADE

A cidade, como objeto específico de estudo, é tomada em seu contexto urbano como tema substancial de reflexão em que determinados fenômenos ocorrem e deixa de ser apenas um cenário, mas um espaço de práticas interdependentes de representações que lhe são associadas, de construção e mobilização das perspectivas materiais e simbólicas em torno de lugares e espaços urbanos. E para entender e mapear as características da cidade moderna, muitas vezes exige um retorno ao passado e buscar nas origens, nas tradições, nos modos de construção, que dão sentido a evolução das práticas sociais e fazem pensar e retomar conceitos das formas. Que não se resume a ser apenas testemunha de um passado, mas constitui força viva que anima o presente e fornece informações.

A cidade teve seu surgimento em um dado momento da evolução social, quando as aldeias agrícolas transformaram-se em centros urbanos. Ela se formou quando os serviços já não eram executados pelas pessoas que cultivavam a terra, mas por outras que não tinham essa obrigação e que eram mantidas pelas primeiras com o excedente do produto total. Há um contraste entre dois grupos sociais: dominantes e subalternos. Os serviços já podiam se desenvolver através da especialização e a produção agrícola cresceu com a utilização desses serviços. A sociedade se tornou capaz de evoluir e de projetar a sua evolução. A cidade passou a ser o centro maior desta evolução. Maior do que a aldeia, com uma velocidade muito maior de transformação (BENEVOLO, 2009).

Assim, surgiram as cidades. Desde traçados e topografias irregulares, situadas em locais como colinas, ilhas e mediações de rios, por necessidade de defesa, ou até mesmo ruas adaptadas para resolver as dificuldades da localização, sendo irregulares e tortas, variedade de esquemas planimétricos, os modelos das cidades são inesgotáveis. Alguns dos tipos fundamentais da expressão planimétrica da cidade são: cidades lineares (as construídas ao longo dos caminhos); cidades em cruz (as que possuem duas ruas básicas que

atravessam perpendicularmente uma à outra; cidades nucleares (as formadas em torno de um ou mais pontos dominantes: igreja, catedral, castelo, etc.); cidades espinha-de-peixe (possuem uma rua principal de onde saem outras secundárias, paralelas entre si, mas oblíquas em relação à principal); cidades acrópoles (as que utilizam eminências topográficas) e cidades esquadrada (semelhantes à cidade em cruz). Em relação à morfologia, são três tipos fundamentais que abarcam todas as variantes e diversidades: as irregulares, as radioconcêntricas (ruas adaptadas para resolver as dificuldades da localização, sendo irregulares e tortas) e as regulares (quadricular e tabuleiro de xadrez) (KOTKIN, 2012).

A dinâmica das cidades mudou radicalmente no final do século XV, com o desenvolvimento da navegação marítima e, posteriormente, com o estabelecimento do comércio entre o continente europeu e as novas colônias. O mercantilismo passou a ocupar lugar de destaque no desenvolvimento econômico europeu e a descoberta dos metais preciosos na América robusteceu ainda mais o colonialismo dos países europeus. As cidades modernas foram uma resultante da evolução das cidades medievais (ZMITRWICZ, 2012).

Em fins do século XV e início do século XVI, a população rural pré-industrial diminuiu e a principal atividade urbanística consistiu em alterações no interior das velhas cidades que modificaram pouco, em escala global. Além disso, ruas, praças regulares, edifícios imponentes e uniformes, estátuas de ilustres foram empreendimentos urbanos bem apoiados (GOITIA, 2008). Nessa direção, as cidades e as benfeitorias territoriais criadas na Europa foram suficientes para as necessidades da sociedade renascentista. No resto do mundo, ao contrário, os conquistadores e os mercadores europeus encontraram um enorme espaço vazio onde podiam realizar novos grandes programas de colonização e urbanização. Essas contribuições foram de grande valia no campo do urbanismo, porque serviram como pano de fundo para investigações a respeito das cidades. Era o pensamento utópico vigente à época de elaboração de cidades geométricas ideais, com predominância dos traçados regulares, apresentando simetria e proporção rígida na execução das vias e praças.

As novas cidades da América Central e Meridional seguiram o modelo em tabuleiro, idealizado pelos espanhóis no século XVI que, em seguida, foi aplicado pelos franceses e pelos ingleses, nos séculos XVII e XVIII, para a colonização da América Setentrional. As ideias urbanísticas do Renascimento que não passaram de teoria, utopia ou exercício intelectual nos países da Europa onde se originaram, encontraram o seu campo de realização concreta na América, na obra ingente da colonização espanhola (BENEVOLO, 2009).

A formação das cidades portuguesas no Brasil caracterizava-se pela falta de ordem no seu traçado, que refletia o caos e a falta de planejamento, com ruas tortas e praças irregulares que cresciam desordenadamente em torno das igrejas, geralmente localizadas em áreas mais altas como uma regra de defesa. Eram recriações das cidades medievais portuguesas, que desobedeciam aos sistemas de xadrez das cidades europeias, de sistemas geométricos regulares e lineares, manifestando a criação natural das cidades. Os portugueses se limitavam às ordens do Reino que propunha cuidado maior com a arquitetura do que com as bases fundacionais das cidades. Os preceitos das Cartas Régias que tratavam da fundação das vilas e cidades eram regimentados por doutrinas e aplicados às cidades de Salvador, Rio de Janeiro e São Luís do Maranhão, no século XVII e mesmo com estas, a ausência de planejamento e regularidade demonstrava um ambicioso programa de urbanização de Portugal em suas colônias. Era uma política colonial assentada no latifúndio, organizada para suprir o mercado europeu, gerando uma atividade urbanizadora no campo que resultou na expansão das vilas mais modestas, alterando o cenário do sistema construído brasileiro (BUENO, 1996; SCHURMANN, 1999).

Com a queda do preço do açúcar, houve divergências entre os colonos e a Coroa portuguesa. Esse fator levou a uma reestruturação administrativa para centralizar o poder, além de dinamizar a vida urbana através de programas de expansão e remodelagem de vilas como estratégia de controle espacial e centralização do poder. Para isso, uma nova estratégia foi posta em prática: praças planejadas e bem traçadas, ruas retas com fachadas uniformes, com a intenção de alcançar o pensamento ordenado e racional do absolutismo ilustrado, praticado pelos hispânicos (SCHURMANN, op. cit.).

No início do século XVIII, Portugal enviou ao Brasil seus melhores engenheiros civis e militares para executar as propostas de arruamentos que incluía infra-estrutura, a criação de mais vilas com direito a praças, teatros, cadeias, casas de câmara etc. Cidades que se transformaram em verdadeiras redes urbanas de fundamental relevância para a Coroa portuguesa. Quanto mais se desenvolvia a vida urbana maior a necessidade da aplicação de modelos mais complexos de controle urbanístico que conduziam ao ordenamento das cidades coloniais, existindo sempre um componente racional para justificar os tais traçados.

Os modos de urbanização colonial português no Brasil evidenciam que o fator mais importante não é o traçado das suas vilas e cidades, estas foram produtos que surgiram e se desenvolveram espontaneamente, ou planejadas antes da fundação ou reformuladas posteriormente. A discussão está no fato do dinamismo da economia colonial estar centrada no campo e não na cidade. E isso não aconteceu pelo fato de os portugueses não terem encontrado indígenas no estágio urbano. Mas certamente está relacionado com o dinamismo do sistema colonial, direcionado para o campo, fora dos meios urbanos (SCHURMANN, 1999; MENDES 2010).

Com o advento da modernidade associada ao contexto colonial, juntamente com o crescimento demográfico e técnico, os modos de vida foram condicionados e estilizados. Uma sociedade burguesa se consolidou no Brasil com o desenvolvimento do comércio e metropolizou o espaço de implantação dos colonos nos territórios ultramarinos. Seguiu-se a vida mundana e copiaram-se modas, reforçando os laços com a metrópole através do comércio e dos sistemas administrativos, possibilitados pelos meios de comunicação e transporte que diluíram a irregularidade dos contatos e os conceitos de espaço-tempo. Uma burguesia colonial foi criada e o espaço ultramarino se cosmopolizou (MENDES, op. cit.).

O território colonial estava sujeito ao experimentalismo dos movimentos urbanísticos e arquitetônicos europeus, muitas vezes com resultados que superavam os aplicados na metrópole. Os novos conceitos urbanísticos surgidos durante o final do século XIX e primeira metade do século XX

encontraram espaço no Brasil. O espaço era amplo, a terra pertencia à potência colonial e a mão-de-obra era barata. Os conceitos e formas produzidos na Europa encontraram campo fértil na América, onde os modelos importados eram considerados soluções adequadas aos desafios urbanísticos, sociais e econômicos. A cidade como símbolo de modernidade e poder colonial se tornou um instrumento de contextualização de espaços em que foi criada a ilusão de continuidade do território europeu, instrumento útil para a cristalização de uma imagem de competência política e dinamismo econômico de prestígios e investimentos.

O crescimento demográfico da população colona corroborou com mudanças nas formas de construção. Os conhecimentos técnicos e os materiais utilizados para construir foram alterados e substituídos por materiais locais, como é o caso da madeira, facilmente perecível, trocada por materiais mais nobres provenientes das indústrias instaladas nos territórios ultramarinos. O território foi se alterando conforme as necessidades presentes e as pretensões culturais, tecnológicas e políticas em que “os *administradores coloniais exerceram um grande controle em assuntos como a vida familiar e as condições de trabalho, crescimento industrial e memória cultural*” (WRIGHT, 1991 *apud* MENDES, op. cit.). Assim, as cidades brasileiras foram construídas sob os moldes europeus com ideias e técnicas transportadas para o local de domínio, numa tentativa de encontrar a ambiência familiar europeia, através da domesticação física e humana. As paisagens urbanas foram forjadas e maquiadas para se tornarem idênticas, em formas e estilos, àquelas da sua origem (KING, 1976 *apud* MENDES, op. cit.).

As cidades coloniais destinadas à ocupação pelos colonos foram espaços modernos, com organização racionalizada pelo serviço público e pelas indústrias, com vias de comunicação mais eficientes e maior atenção aos aspectos higienistas, com *design* que favorecia o ar fresco e a luz natural, características europeias de modernização. Nota-se, porém, que abusos ocorreram por conta dessa modernização: acesso desigual aos benefícios do modernismo, onde os largos *boulevards*, os parques espaçosos, as novas habitações e os serviços de ponta eram fornecidos unicamente nos bairros europeus (WRIGHT, 1991 *apud* MENDES, op. cit.). A capital da colônia passou

a simbolizar um *modus vivendi* do cosmopolitismo dos grandes centros europeus como um pequeno reflexo de civilização no espaço colonial em que a estrutura urbana e arquitetônica simbolizavam poder e aparente modernidade. A imponência dos edifícios refletia a soberania das cidades europeias, já que eram codificados com as formas e estilos europeus. Assim também os equipamentos de lazer (o clube, o teatro, o museu, o hotel de luxo, o autódromo/hipódromo, o jardim botânico, a marginal, etc.) e a rua onde se concentravam as lojas de produtos de luxo eram importados da Europa (LEMPS, 2002).

O alavancar dessa modernidade se deu por conta da introdução do Rio de Janeiro como porto de comércio e troca de produtos com a França, o que acarretou no crescimento de importados, supérfluos, bens de consumo semiduráveis que possibilitavam o comércio do açúcar e café por produtos que tornavam a corte mais “europeizada”. Os produtos europeus principalmente, e americanos mudaram o comércio e alteraram os modos dessa nova burguesia. As lojas investiram fortemente em artefatos que fazia a corte parecer uma nova Paris na América, com tecidos importados diretamente de países europeus. A imprensa foi a grande responsável pelo crescimento desse processo de modernização e do surgimento das camadas elitizadas e seus modos de vestir. A difusão das tendências da moda europeia era divulgada em uma revista específica para o público feminino (ALENCASTRO, 2011).

E ainda a vida rural deveria ser substituída pelos padrões de vida francesa, que iam além das vestimentas. A corte deveria se caracterizar completamente para se enquadrar aos moldes das elites europeias. A música, com a introdução do piano como instrumento clássico que simbolizava status, tornou-se elitizada, levando em conta o fato de os escravos não dominarem essa arte, já que o instrumento vinha diretamente da Europa. Essa diferenciação do que pertence a elite e do que é dos escravos pode ser observada nos bailes públicos ou privados, em que se dançavam ritmos semelhantes, porém com a distinção das festas de rua, popular e negra, das festas do salão branco. Com o carnaval, nasce uma nova forma de separar a elite da classe popular, tudo porque esse carnaval baseava-se nos carnavais venezianos de máscaras.

Essa forja de uma Europa que não cabia à realidade foi rebatida criando-se assim, um nacionalismo brasileiro, que estabeleceu um comportamento individual e privado, na tentativa de assegurar a unidade nacional. Esse movimento nacionalista previa a exclusão de todos os costumes que fossem lusitanos ou europeus no geral. Criou-se formas de dizer quem era e quem não era brasileiro, como o ato de fumar charutos ou cachimbos. O cachimbo apesar de ter origens africanas era a preferência europeia, então, o ato de fumar tão difundido no Brasil Regencial, deveria ser de charutos, e charutos brasileiros. Além disso, a ciência que se desenvolvia na Europa refletia no Brasil, principalmente na medicina, que ainda era precária. A publicação de livros referente a práticas médicas e o surgimento de medicamentos, chegam ao Brasil, com manuais traduzidos especificamente para o leitor brasileiro, assim como manuais de como gerar filhos bonitos e saudáveis. Cria-se também, manuais para os fazendeiros de como cuidar dos seus escravos, visando o lucro que teriam com esses. E ainda estudo do corpo, e do crânio e baseado nas afirmativas de que o crânio do negro era relativamente menor do que o branco, e por assim ser, não havia problemas desse ser subjugado por não possuir todas as faculdades intelectuais bem desenvolvidas (ALENCASTRO, 2011).

Outras questões como o sanitarismo e as doenças devido à falta de cuidados com a saúde e higiene, mexeram com a organização social do Brasil, ao longo do século XIX. Dentre elas, os cuidados com a boa aparência da burguesia. Essa preocupação fez surgir um comércio volumoso de cosméticos e adereços para disfarçar os hábitos pouco higiênicos da corte e da população no geral. Os escravos livres e libertos também buscaram se adequar a esses hábitos, que de tudo faziam para parecer branco, camuflando-se e escondendo suas origens africanas.

O crescimento das cidades brasileiras é visto como produto da ação de interesses privados e da displicência do poder público e os mecanismos econômicos de natureza estrutural que condicionaram a produção e o consumo nos espaços que formaram as peculiaridades de sua natureza e o papel do poder público formando assim, uma sociedade. Neste caso, as formas da vida urbana e o grande desenvolvimento das cidades é um dos fenômenos que

melhor caracteriza nossa civilização contemporânea. A cidade é resultante de um processo histórico e não um feito recente. É ainda um espaço social onde se pode perceber a diversidade que permeia a malha urbana. A apropriação da cidade, a maneira como é vivenciada por seus moradores, as experiências coletivas e individuais vividas em seu próprio cenário, os processos de transformações existentes, levam à compreensão dos significados urbanos (BENEVOLO, 2009).

A linguagem metafórica da cidade e do urbano questiona a cultura urbana no seu sentido hegemônico do espaço e a configuração e desenhos da cidade, entendida como acumulação de usos, fluxos, percepções, sistemas simbólicos e elementos de representação, que se modificam em função do tempo, dos interesses econômicos e sociais. O espaço urbano é composto por fatores que envolvem diferentes experiências em que os elementos como os moradores, os trabalhadores, consumidores e cidadãos são submetidos a um processo de subordinação, através do discurso do poder social e econômico. A linguagem metafórica da cidade pode ser desvendada com o intuito de favorecer a elaboração de um discurso que configure os espaços sociais (CORTÉS, 2008).

A cidade é ainda subjetiva, constituída de uma materialidade enquanto organização material, porém pensada, imaginada, organizada, delimitada e forjada pelas suas diferentes formas, assumindo uma característica não objetiva. A sua materialidade não é simbolizada somente pela concretude da ação do homem, visualizada nas edificações, no perfil do espaço construído, suas ruas e avenidas, mas sim pela confluência entre pensar, sentir e criar a cidade visível e invisível, entre os sujeitos que dela fazem parte e a produzem. É ainda uma rede complexa de relações sociais. Um espaço de sociabilidade, de acomodações em que os sujeitos se relacionam entre si e com o espaço, de diferentes formas. Uma pluralidade evidenciada não somente pelas classes dominantes, mas por todos que fazem a cidade e, sobretudo, pelos sujeitos anônimos que trafegam as ruas cotidianamente, homens comuns que ajudam a formatar o espaço urbano a partir de suas ações, desejos e projeções imaginárias. A cidade, ao mesmo tempo em que é complexa, é plural e compreendê-la é um exercício fatigante. Deve-se atentar para as construções

simbólicas e representativas que legitimam os espaços, bem como as tendências e discursos que permeiam a malha urbana e, assim, relacionar e distinguir as suas camadas sociais e seus simbolismos dentro desse espaço privilegiado que é a cidade.

O discurso urbano, preocupado com a visão social da cidade, em momentos específicos de sua existência, não se volta apenas para o registro curioso de uma realidade urbana cambiante. Mais que isso, procura apreender as correlações sociológicas que, em variadas épocas, articularam a cidade. Preocupa-se, também, com a cidade no seu aspecto significativo ou expressivo, encarando-a como elemento de uma representação produzida de si para si mesma. Um sistema construído, ao mesmo tempo, apresenta-se como uma espécie de arquivo de modos de viver variados. Arquivo em permanente processo de atualização. Nele, os princípios, as ideias e as relações características dessa sociedade se modificam sem parar, além de se inscreverem materialmente e podem ser apreendidos e percebidos. A cidade vai se transformando para atender aos objetivos de seus múltiplos construtores. Para funcionar de acordo com os parâmetros que caracterizam uma época determinada, para servir de realização estética aos homens que são os seus artífices (BENEVOLO, 2009).

As mudanças de uma urbe podem ser percebidas em diversos elementos citadinos de determinadas épocas, construídas a partir do pensar e agir, dentro de um discurso, preso na ideia de modernidade, que conduz ao aprofundamento das interpretações, com base no contexto da cidade, em transformação. Esse discurso pode ser condensado as estratégias de abordagem teórico-metodológica, construído sobre perfis e paradigmas de modernidade, pluralidades que migram no tempo e no espaço, com ideias e representações. Essas ideias se mesclam às especificidades locais, fazendo com que possam retratar o padrão identitário de cada urbe, para se ter acesso às sensibilidades e às experiências vividas por seus habitantes (PESAVENTO, 2002).

3.1 LARANJEIRAS MODERNA

A pluralidade da cidade de Laranjeiras se cruza e se justapõe ao discurso do urbano, de forma a fazer entender o passado e presente dessa urbe, das representações de civilidade e progresso, dos padrões estéticos e arquitetônicos, cultural e moral, das suas mudanças para mostrar uma cidade em pleno progresso social e econômico, da urbanidade. A ideia do Mito de Paris, que tomou conta das capitais brasileiras, também esteve presente na formação dessa urbe. E nessa perspectiva, se constitui como verdadeiro *palimpsesto* de constante construção, reutilização e sobreposição de elementos urbanos. Surge como um espaço dicotômico e hierarquizado, com sedimentação de formas urbanas sucessivas de projeções arquitetônicas que maquia, viabiliza e lhe dá forma.

A observância às mudanças que ocorrem no seu perímetro urbano é importante, porque quando se faz uma leitura do dinamismo social, da forma e do seu planejamento é notório os reflexos dessas mudanças nesse espaço. Ao passo que os espaços são utilizados, são também transformados e adaptados, enquadrados e contextualizados em seus distintos quadros temporais. São refletidos nas formas materiais e geográficas, mostrando que houve uma expansão do perímetro urbano, com adaptações em seu construto e o aumento considerável da população que saiu do campo para a cidade, tendo tido uma remodelagem na sua forma.

Os elementos urbanos que a constituem têm em sua gênese a formalização de um plano, uma ideia que se materializou com especificidades culturais responsáveis pela sua formação e edificação. Esses elementos impuseram e fixaram o tecido urbano e foram posteriormente transformados e reciclados pelas constantes mutações espaciais trazidas por cada época. Essas mutações são percebidas no próprio contexto histórico da cidade: *“durante o período nominado de Período de Ouro (1889 – 1922), Laranjeiras teve incremento à construção de variadas edificações como templos religiosos, dentre eles a Igreja de Santaninha e o Templo Presbiteriano, colégios como o Lyceu Laranjeirense e clubes”* (OLIVEIRA, 1942 apud DANTAS, 2009), que

caracterizam a construção urbana ao longo do tempo e que deixam marcas nas suas estruturas.

A construção urbana é um ato contínuo de produção que se adapta como resultado de constantes mudanças, com especificidades e características de cada espaço (MARTINS, 2011). E a produção da *urbe* de Laranjeiras, em que foram avaliadas as permanências e as transformações ou mutações, como um modelo complexo de cidade histórica, se moldou recorrendo ao incremento de elementos modernos à sua estrutura colonial. O sítio Ruínas do Teatro é um exemplo desta junção entre o colonial (traçado urbano) e o moderno (arquitetura e uso).

O traçado urbano que define essa cidade pode ser entendido a partir das características de sedimentação urbana que se apresentou complexa devido aos elementos resultantes das mudanças e dinamismo dos fatos urbanos. A sua sedimentação demonstra a reutilização contínua dos seus espaços, com adaptações em seu construto ao longo dos séculos XIX e XX, resultando num tecido que preserva, nas suas formas, as marcas deixadas pelos traçados preexistentes. Neste caso, as formas são exploradas examinando como foram se moldando gradualmente até a construção da imagem atual da cidade.

Neste contexto foram considerados elementos do tecido edificado que são estáveis e preservam a sua estrutura ou parte da mesma, mantendo assim, uma “memória” parcial das suas formas anteriores. São importantes para a compreensão da gênese do tecido edificado através dos procedimentos de formação e deformação do mesmo, como resultado de construção e adaptação sucessiva às estruturas pré-existentes. Constituem formas graduais de fossilização e sedimentação das estruturas antigas no tecido novo que se sobrepõem, como um *palimpsesto* urbano, cujos textos originais podem ser relidos, reconstruindo as suas formas originais e permitindo a restituição parcial da morfologia de Laranjeiras em estágios anteriores.

O esquema da evolução urbana de Laranjeiras segue o modelo típico das cidades portuguesas no contexto regional, tendo como emblema os fatores econômicos e religiosos: o porto fluvial (“porto de Laranjeiras”), construído no

século XVI, propulsionando e definindo o traçado da cidade. As primeiras residências foram construídas às margens do rio. Nesse local o comércio de escravos era fluente e a movimentação pelo rio Cotinguiba era intensa. O comércio se desenvolveu rapidamente por conta da cana-de-açúcar, do coco e da pecuária bovina (PASSOS SUBRINHO, 1987).

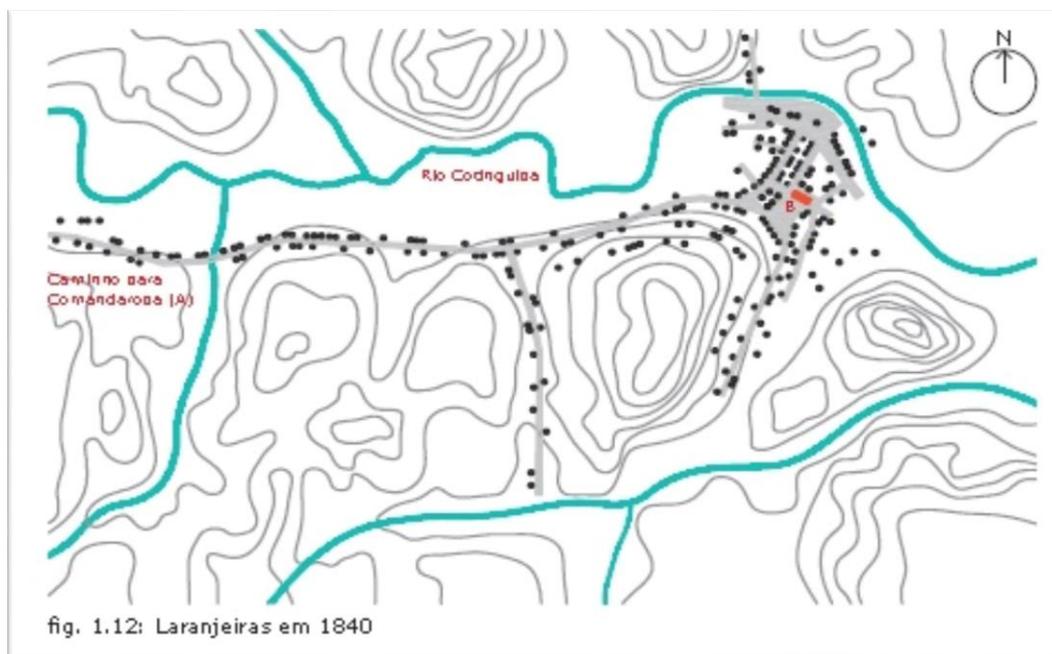
Figura 1 - Distribuição das primeiras habitações no perímetro urbano de Laranjeiras, em 1606. Retirado de LEÃO, 2011.



O Cotinguiba foi o grande modelador da cidade que, até o início do século XX, teve a função de porto e entreposto comercial. O traçado urbano seguiu linearmente o leito maior do rio e se modelou a ele, expandindo posteriormente para o espaço plano em sentido radial. Em 1836, a comarca de Laranjeiras ganhou mais dois termos que compreendiam as vilas de Rosário e Divina Pastora. Nesse mesmo ano foi criada a primeira alfândega de Sergipe em seus termos, de onde os produtos produzidos em Sergipe eram exportados por lá. De 1835 a 1840 estruturou os setores judiciário, religioso, político e social e criou a Comarca, a Paróquia, a Irmandade, o Hospital do Senhor do Bonfim e o uso dos direitos eleitorais. E no ano de 1848 foi elevada à categoria de cidade. Esse fato teve um reflexo no seu desenvolvimento urbano, verificando-se na sua morfologia um maior crescimento em seu construto

(Figura 2). Manteve, porém, um crescimento relativamente pequeno com um forte caráter rural na base da sua ocupação, em torno do seu núcleo histórico.

Figura 2 - Mapa da dispersão urbana, 1840. Retirado de LEÃO, 2011.



Atualmente conhecida em Sergipe como patrimônio histórico e museu a céu aberto, esta cidade inclui em suas atividades comerciais supermercados, armazéns, mercearias e semelhantes, bares, panificações, farmácias, banco, restaurantes, dentre outros estabelecimentos comerciais. Suas atividades industriais estão focadas no fabrico do álcool e açúcar, que conta com a Usina de açúcar São José do Pinheiro. As atividades folclóricas incluem as festas anuais do Lambe Sujo e do Encontro Cultural com exposições de grupos folclóricos. Essas atividades estão inseridas no contexto urbano que modela o cotidiano da *urbe* laranjeirense. O acervo arquitetônico do perímetro urbano é uma remodelagem com influência do Eclétismo, estando no perímetro rural as construções em estilo colonial, tendo apenas a Matriz do Santíssimo Coração de Jesus como originária do século XVII. As vias urbanas de Laranjeiras consistem em calçamento de asfalto, nas principais ruas, paralelepípedos e pedras irregulares de calcário, que são as mais antigas do seu espaço construído.

O entendimento de urbanização/urbe presente neste estudo é constituído de espaços construídos que articulam os lugares dessa sociedade,

em que ressalta o conteúdo social dentro de um conjunto complexo de relações sociais ao longo de diferentes períodos históricos. Abre-se, então, espaço para leituras que ajudam a entender os procedimentos de urbanização das cidades Oitocentistas, centrado na apropriação dos espaços rurais, uma vez que há uma redução da população residente no campo. Somam-se as mudanças nas funções e nas formas das localidades rurais e urbanas, fruto da produção e reprodução do espaço.

Tais mudanças estão intrínsecas à elite que residia em Laranjeiras e que aspirava adequá-la ao modelo das cidades francesas da *Belle Époque*, seguindo o modelo de todas as urbes brasileiras. O espaço urbano se tornou o centro da vida moderna, já que a população se deslocou do campo para a cidade, provocando um considerável crescimento populacional. Surgiu, então, a preocupação com a higiene pública, com o convívio social, sendo necessária uma nova configuração desse espaço. Medidas foram tomadas: códigos de posturas, para a formalização de padrões de comportamento que propiciassem o convívio pacífico, salubre e ordenado na cidade (DANTAS, 2004). A elite agrária, ao assimilar a ideia de progresso, também sentiu a necessidade de inovações, baseada no princípio de progresso contínuo e inovação social. Adquiriu hábitos caracteristicamente urbanos, espelhados nos padrões e valores da Corte.

Os interesses da elite da Laranjeiras moderna estavam na necessidade de melhorias no sistema de produção com a introdução de maquinários e melhorias de estradas para o escoamento de produtos agrícolas, que instigava o princípio da Modernidade. A iluminação pública foi inaugurada em 1854, com a instalação de 32 lampiões. Isso também é característica do desenvolvimento urbano. A cidade de Laranjeiras seria substituída pelo projeto europeu de cidade moderna, de urbe planejada e ordenada e suas características coloniais, de ruas estreitas e traçados irregulares, de becos e ruelas, seriam apagadas. Assim, a sua remodelagem atenderia um centro urbano, civilizado, com o desafio de personificá-la, com elementos que priorizasse a modernidade urbana.

Em 1860, a cidade de Laranjeiras recebeu a visita do Imperador Dom Pedro II e sua esposa, a imperatriz Teresa Cristina. Nesse período, possuía setenta e três engenhos de açúcar (que depois foram substituídos pelas usinas), fábricas de aguardente e charutos. Esse fator contribuiu para o seu desenvolvimento industrial, centrado no cultivo da cana de açúcar, algodão e cereais. Esse período foi nominado de *Período Industrial*, tendo Laranjeiras recebido o título de “Empório Comercial de Sergipe”:

Neste período, Laranjeiras confirmou o seu título de Emporio Commercial de Sergipe estando em contacto directo com suas praças de Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e Europa por meio de rumacas, hiates, brigues, bergantins, patachos e cutteres, sendo em razão deste intercambio commercial cognominada – Bahia de Sergipe (OLIVEIRA, 1942).

Essa caracterização econômica colonial, organizada como economia mercantil, se propunha a comercializar produtos com a Burguesia metropolitana e revendê-los com altos lucros europeus, dando grande impulso à expansão da cana-de-açúcar em Sergipe, integrando-se ao fluxo do comércio internacional que levou, na primeira metade do século XIX, à estruturação de um complexo mercantil escravista, bem como a uma dinâmica deste complexo que passou a ser fortemente relacionada à demanda externa por açúcar e, secundariamente, por algodão. Nos períodos de excitação da demanda, houve uma mobilização de fatores produtivos, com a finalidade de produzir a principal mercadoria dessa economia, com certo prejuízo das atividades de subsistência (PASSOS SUBRINHO, 1987).

As mercadorias entravam e saiam pelo rio Cotinguiba. O porto de Laranjeiras foi um dos mais movimentados e importantes do Vale da Cotinguiba. Recebia embarcações e ali mesmo era efetuado o embarque de mercadorias que iam direto para a Bahia. Muitos dos proprietários de barcos também eram donos de engenhos e tinham como maior interesse o transporte de suas mercadorias, o que pode estar relacionado a um comércio monopolista. Naquele momento, 34 embarcações serviam ao comércio de Laranjeiras e faziam em média 73 viagens ao ano e a maior movimentação ocorria a partir de novembro e estendia-se até maio (ALMEIDA, 1984).

Os trapiches eram polos de fonte de renda e lucro dos comerciantes, além de arrecadação do Estado, pois as atividades exercidas nesses espaços eram de cunho comercial, em que embarcações eram abastecidas, ou desembarcavam mercadorias com vários produtos que eram levados até o mercado via terrestre. As rotinas de logística e abastecimento dos trapiches centravam o processo de comercialização e concentração de atividades afins ao comércio marítimo. Os trapiches de Laranjeiras recebiam mercadorias variadas que supriam o mercado da cidade e todo o complexo comercial de Sergipe, que envolvia as necessidades de consumo da burguesia.

A propulsão do comércio, bem como o princípio da modernidade ligado a novas tecnologias na industrialização caracterizavam o quadro econômico de Laranjeiras, que possuía uma resistente produção açucareira com técnicas modernas produtivas (introdução do engenho e da caldeira à vapor). A presença de uma Estação de Telégrafo Nacional retrata bem esse princípio de modernidade e fazia com que, já na segunda metade do século XIX, as elites dirigentes e alguns de seus intelectuais insistissem na necessidade da modernização em seus sistemas produtivos. Esse pensamento estabeleceu a difusão das inovações na produção do açúcar, que possibilitou maior integração do comércio sergipano ao dinamismo da economia a nível mundial e desafiou os produtores sergipanos a aderir essa modernização ou sua transformação em engenhos rapadureiros, antes voltados somente para o pequeno mercado interno e dos sertões nordestinos. A modernização deixou de ser negócio de “audazes e excêntricos senhores” para ser uma necessidade vital de todos os produtores de açúcar (PASSOS SUBRINHO, 1987).

Com a multiplicação dos engenhos em 1850, a manutenção de equipamentos era essencial, sendo necessária a aplicação de métodos para melhor aperfeiçoamento e maior produtividade. Máquinas a vapor e de caldeiras foram adquiridas para limpar e cozinhar o caldo da cana, substituindo a tração animal. Os novos equipamentos exigiam também o domínio de técnicas para o seu uso, bem como a reposição e consertos de peças em tempo breve. A falta de casas de fundição contribuía para uma aversão às novas tecnologias por parte dos antigos senhores de engenho que pouco sabiam manejá-las. Em 1860 o então governador da Província, Manuel da

Cunha Galvão instigou a criação de casa de fundição pagando premio de 5.000\$ réis a quem a fizesse:

(...) que se preste a concerto de machinas de Engenho à vapor, rodas de ferro de moer com água e que ao mesmo tempo fabrique todas as ferragens e instrumentos agrícolas (APES, Relatório dos Presidentes da Província, 1860 apud ALMEIDA, 1975).

As casas de fundição também faziam parte da pretensão de modernidade, de satisfazer a ambição dos proprietários de engenhos que buscavam técnicas modernas nas suas empresas para o progresso da indústria açucareira. Com isso, a imigração estrangeira ganha espaço sendo responsável pela primeira Fundição em Sergipe, conforme acentua Glória Almeida:

A Fundição fora iniciativa de Cameron, Smith & Cia. e, por isso, se tornou fornecedora de grande número de máquinas adotadas na Província. A. Schramm & Cia, com sede em Maruim, e uma das mais importantes casas estrangeiras, era também grande concorrente no fornecimento de máquinas. Algumas, de fabricação francesa, também foram introduzidas (ALMEIDA, op. cit.).

A imigração envolveu questões de interesse das elites locais que buscavam êxito no campo econômico, na segunda metade do século XIX e desejavam a modernização das suas unidades produtoras, através de contratos e convênios entre governos e empresas dos países de origem. E ainda havia a possível mudança na configuração urbana, sendo que esses imigrantes traziam consigo as ideias de modernidade que já exerciam em seus países de origem, com melhorias na arquitetura, implantando novo estilo e introduzindo novas tecnologias.

No interior do estado a participação de estrangeiros revelou-se importante em Maruim, Laranjeiras e Estância. Estas cidades tiveram papel de destaque na economia, por concentrarem algumas indústrias e, também, por representarem importantes centros do comércio local e das atividades de importação e exportação no Estado de Sergipe. A presença de alemães, representada pela Colônia Quissamã em Maruim, foi notória para a economia de Laranjeiras. Dentre os imigrantes alemães que se estabeleceram nessa cidade destaca-se o engenheiro mecânico Karl Albert Gustav Munck, responsável pela criação da primeira fundição ali estabelecida.

Nas primeiras décadas do século XX com a decadência econômica, os trapiches e armazéns pararam de funcionar e deram lugar a novas instalações, que fizeram parte de uma nova configuração urbana. A região passou por uma remodelação comercial e os prédios ganharam novas funcionalidades. Outros foram abandonados, em face da migração de seus donos para Aracaju, e acabaram entrando em estado de ruína (ALMEIDA, 1984). Esse período é mencionado como *Período de Decadência* de Laranjeiras (OLIVEIRA, 1942).

Essa investida na modernização tecnológica foi fator favorável à decadência da cidade. Quanto mais se produzia, maiores eram as demandas que acarretava na necessidade de embarcações maiores para o transporte das cargas e com isso, a necessidade de um Porto mais próximo do mar. O porto de Aracaju era o mais cotado para ser transformando na sua sede portuária da capital sergipana, deixando Laranjeiras aquém das atividades econômicas do Estado (AZEVEDO, 1971 *apud* LEÃO, 2011). Esse quadro também estava fortemente atrelado à abolição da escravidão que trouxe o fim do complexo mercantil escravista. O assalariamento da mão-de-obra em larga escala trouxe embaraços à organização agrária porque alguns proprietários não podiam pagar os trabalhadores. A maior parte desses trabalhadores permaneceu nas propriedades dos seus antigos senhores, mediante a percepção de salário, com uma posição indefinida e a continuação da predominância de relações de produção pré-capitalista (AMARAL, 2007).

As epidemias da varíola (1911) e da gripe espanhola (1918) também foram cruciais nesse processo de decadência. As últimas famílias remanescentes abandonaram as suas casas e migraram para Aracaju onde o ideal da modernidade do início do século XX era vigente:

Os belos sobrados, desocupados com a migração das boas famílias que restavam para Aracaju e para mais adiante, a preço baixo eram postos à venda (...) Impensadamente, iam sendo concedidas as licenças para demolição das imponentes moradias (...) Ruía assim, por terra, boa parte da sobradaria, abrindo desmarcados claros nas ruas (...) (AZEVEDO, 1971).

Laranjeiras passou mais uma vez por transformações nas suas formas urbanas com o abandono e destruição dos seus edifícios.

A construção do discurso da modernidade é percebido no espaço representado pela cidade de Laranjeiras, através da cultura material, das narrativas escritas e orais, vinculadas ao conjunto arquitetônico que inclui o seu casario, prédios comerciais e igrejas, em que se observa a materialização do discurso da elite agrária que se pretendia burguesa. E mesmo restrita, essa elite agro-burguesa decidiu enquadrar os padrões estéticos de urbanização à população. Exigia uma limpeza urbanística, já que a ideia era de que as classes subalternas transfiguravam o ambiente, poluíam a paisagem social e denegria a sua imagem e o tráfego constante de escravos livremente pelas ruas da cidade era fator desfavorável, considerando o pensamento da época, de modernidade. E ainda outras questões, como o fato de ser uma cidade rural, com uma organização social marcada por senhores, escravos, homens livres e suas variadas camadas populacionais, em sua maioria, pobres que sobreviviam da agricultura de subsistência, e preservavam tradições de uma cidade colonial portuguesa. O sistema impositivo utilizado pela intendência esbarrou com velhos costumes já arraigados no ceio da sociedade.

Neste sentido, os princípios de modernidade vinculados a essa *urbe* tiveram contextos específicos e permaneceram por tempo breve. A perpetuação desse momento se dá, porém, nos registros gerados, testemunhados, escritos e contados, nos palimpsestos dos solos e edifícios e nas evidências que muito dizem sobre Laranjeiras.

4. PALIMPSESTOS DO SÍTIO RÚINAS DO TEATRO

O sítio histórico “Ruínas do Teatro” (RT), como foi denominada a ruína do teatro São Pedro, está localizado no perímetro urbano, na Praça Josino Menezes (popularmente chamada de Praça do Teatro), na cidade de Laranjeiras, Sergipe e foi objeto da minha pesquisa. Durante as escavações executadas pelo IPHAN, com participação do Departamento de Arqueologia da UFS (Anexo 1), hipóteses foram levantadas bem como questionamentos pertinentes às suas ocupações, levando em conta a dinâmica do espaço em que as ruínas estão inseridas, lembrando que são testemunhos históricos e arqueológicos, parte integrante do complexo urbano de Laranjeiras (Anexo 2).

Figura 3 - Centro histórico da cidade de Laranjeiras-SE.



As ruínas possuem características ecléticas na sua fachada e é composta por dois pavimentos, a parede frontal (parede sul) e a lateral (parede oeste), com estrutura mista, com alvenaria de tijolos cerâmicos e pedra calcária com argamassa de barro, areia e cal.

Figura 4 - Fachada do Teatro São Pedro. Sítio RT, 2012.

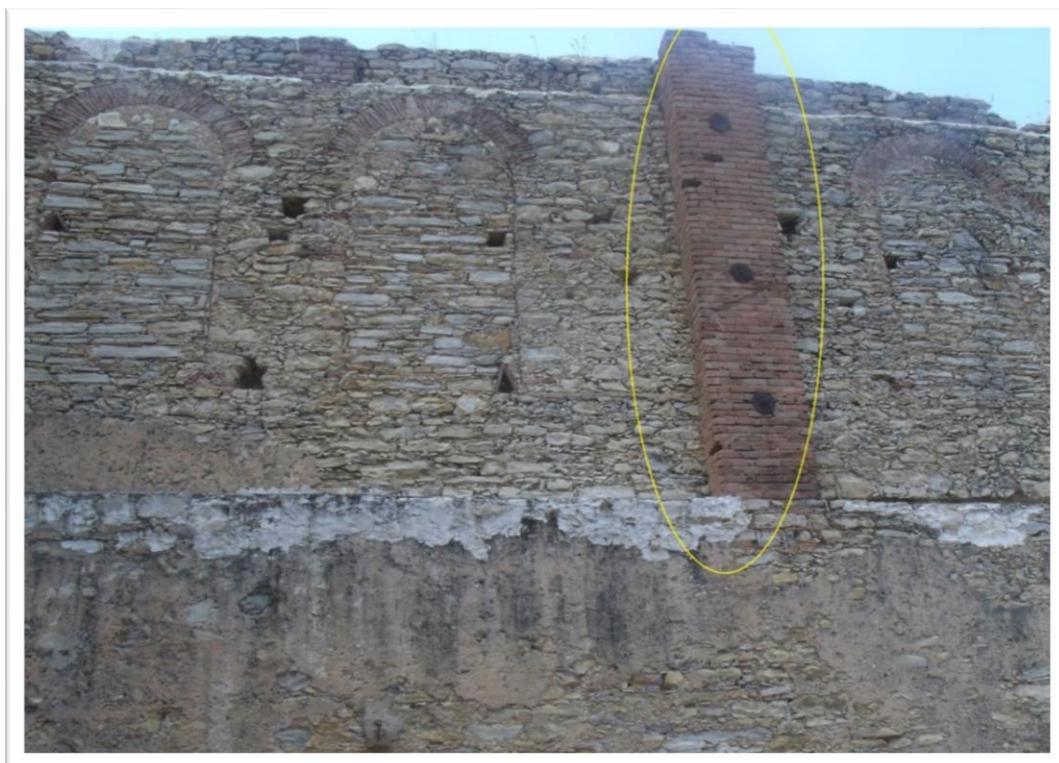


As pedras são de formatos irregulares. Os pilares também são construídos em pedra calcária. No pilar da extremidade da parede sul há um avanço do que poderia ser o início de um arco em tijolo de cerâmica maciça, uma abertura que, possivelmente, promovia o acesso à outra parte da edificação, na parede leste (que já não existe).

Através da observação e leitura arquitetônicas das ruínas (ainda visíveis, o que talvez se perca com as intervenções), percebe-se a diferença dos arcos do térreo para o pavimento superior. Na parede oeste, há dois pilares, um na extremidade direita e o outro antes do último vão de janela. No centro da parede oeste existe um pilar em tijolo cerâmico maciço com peças em ferro, inseridas posteriormente, o que indica que a edificação foi alterada e integrada, reiterando os múltiplos usos² desse espaço.

² Os usos do espaço serão detalhados no tópico seguinte.

Figura 5 - Parede oeste com demarcação de pilar. Sítio RT, 2012.



No respaldo dessas paredes há um recuo da alvenaria que seria, provavelmente, para o barroteamento do forro. A fachada está rebocada e algumas das aberturas foram vedadas com bloco cerâmico e tijolos de adobe, que impede maior análise e condiciona a análise ao interior da construção visando compreender as aberturas. Na parte inferior da parede frontal existe apenas uma abertura, que é o acesso à edificação. Esse vão foi modificado com a aplicação de tijolo cerâmico maciço e verga em madeira para promover a consolidação da parede. Ao observar a parte superior da parede oeste, percebe-se que há uma linha de ruptura entre o telhado e a estrutura. Este era solto permitindo espaço para iluminação e ventilação. Para usar o espaço como trapiche, esse vão foi possivelmente fechado, assim como as janelas laterais, levando em conta a configuração arquitetônica dos trapiches em Laranjeiras.

Figura 6 - Parte interna da fachada com verga de madeira. Parede sul. Sítio RT, 2012.



4.1 METODOLOGIA DA PESQUISA DE CAMPO

A sequência aqui compila informações relativas à descrição do desenvolvimento das atividades executadas na etapa de campo com enunciação à metodologia, aos registros e à procedência de tarefas executadas. A metodologia em campo foi previamente estabelecida, consistindo em delimitar o sítio, identificar e interpretar as diferentes ocupações através da aplicação da Estratigrafia Arqueológica de Harris, bem como coletar uma amostragem significativa da cultura material³. Foram recuperados diversos objetos como de comum em sítios históricos urbanos, notadamente dos séculos XIX/XX. Assim, foram coletados desde tecidos, plásticos e alumínio, até ossos, faianças, material construtivo, cerâmica, grés, ferro, moedas, dentre outros.

³ As intervenções em subsolo foram realizadas em apoio dos discentes da disciplina Prática de Campo I, do Curso de Graduação de Arqueologia da UFS. Assim, todos os procedimentos clássicos para realização de intervenções foram realizados como instalação de RN, quadriculamento, tamização, coleta e acondicionamento, registro fotográfico, iconográfico e estratigráfico, além dos registros escritos, em planilhas específicas, de todos os dados coletados.

Considereei importante a descrição e interpretação da cultura material e da estratigrafia do sítio, principalmente se levarmos em conta que sítios urbanos são tidos como complexos em sua estratigrafia e os princípios da estratigrafia arqueológica ajudam a organizar os registros durante as escavações. Soma-se que a própria produção acadêmica arqueológica sobre escavações em sítios urbanos também apresenta, em sua maioria, o mesmo comportamento metodológico (TOCHETTO, 2003; SIMANSKY, 1997; LIMA, 1997). Assim, propus uma leitura da estratigrafia do RT para entender as suas particularidades e complexidade. Neste sentido, a aplicação da Estratigrafia Arqueológica de Harris é uma estratégia clássica nas pesquisas arqueológicas, principalmente realizadas em contextos urbanos europeus (RENFREW E BAHN, 2005; LUCAS, 2001).

4.1.1 Matriz Estratigráfica

A conformação da estratigrafia de sítios históricos no perímetro urbano, normalmente apresenta ocupações variadas e simultâneas, muitas vezes difíceis de serem interpretadas. O RT está dentro desse padrão de sítios urbanos e as suas Unidades Estratigráficas (UE) conduzem a uma análise baseada neste modelo metodológico, que considereei adequado para interpretá-lo. Deste modo, a aplicação dos princípios estratigráficos de Harris (HARRIS, 1979) possibilitaram a interpretação das ações antrópicas no espaço.

El Matrix Harris es un instrumento de representación y análisis muy útil para contextos pluriestratificados, como es el caso de la arqueología urbana, donde la complejidad del registro y las dimensiones de las actuaciones requieren una metodología que permita interrelacionar todas las unidades estratigráficas en un conjunto coherente (CABALLERO ZOREDA, 2004).

O método estratigráfico e o sistema de registros são referenciados partindo da premissa de que a estratigrafia é a base do trabalho arqueológico, especialmente em espaços complexos, estratificados, como é a cidade e, portanto, uma base sobre a qual se deve construir uma imagem do acontecimento histórico (CARANDINI, 1990; ROSKAMS, 2003).

As Unidades Estratigráficas (UEs) são estabelecidas à partir da leitura dos perfis estratigráficos para se ter uma visão horizontal e vertical do sítio, o

que permite uma melhor percepção das estruturas, que delimitam a área e seus setores. O registro sistemático é reproduzido em diagramas, representados por matrizes. Os resultados das ações naturais e antrópicas, por erosão, movimento ou deposição, que se mesclam as obras de construção e ruína, são separados e combinados em desenhos dos perfis estratigráficos (HUME, 1975; HARRIS, 1991; ROSKAMS, 2003).

Neste texto, importa explicitar a utilização de dois tipos distintos de fichas: uma para a caracterização de depósitos e interfaces verticais e a outra específica para elementos de construção e estruturas (Anexos 3 e 4). Todos os dados de campo de leitura estratigráfica foram condensados nas fichas de UE, que contém uma interpretação parcial da estratigrafia que possibilitou uma cronologia relativa da evolução construtiva e ações transformadoras pela qual passou a edificação do RT.

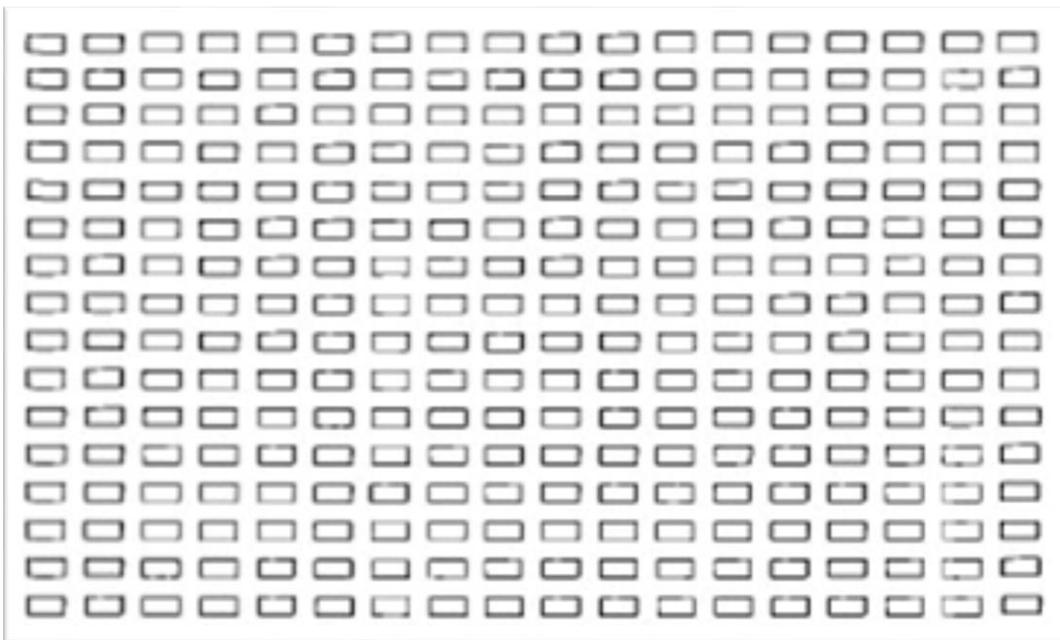
Harris formula quatro leis básicas a estratigrafia arqueológica:

- I. Lei da Sobreposição: Estratos e elementos interfaciais, em seu estado original, das unidades estratigráficas superiores, são mais recentes e as inferiores são mais antigas. A sobreposição acontece de forma sequencial, criando uma massa de estratos arqueológicos em cima das camadas preexistentes.
- II. Lei da Horizontalidade: Qualquer estrato arqueológico depositado de forma não sólida, tende a ficar na posição horizontal. Os estratos com superfícies inclinadas foram depositados originalmente dessa forma, porque se molda a camada anterior.
- III. Lei da Continuidade: Todo depósito arqueológico e todo elemento interfacial está delimitado originalmente por um depósito em forma de concha. A espessura da camada diminui progressivamente dos lados até acabar. Portanto, se uma das extremidades da unidade tiver uma face vertical, isso significa que perdeu parte da sua extensão original, seja por escavação, ou erosão. Tal falta deve ser notificada.

- IV. Lei da Sucessão Estratigráfica: Uma UE classificada em seu lugar exato, na sequencia estratigráfica de um assentamento, está posicionada entre a mais antiga, coberta pelas mais recentes, tendo contato com ambas, por estar entre elas, sendo redundante qualquer relação de sobreposição.

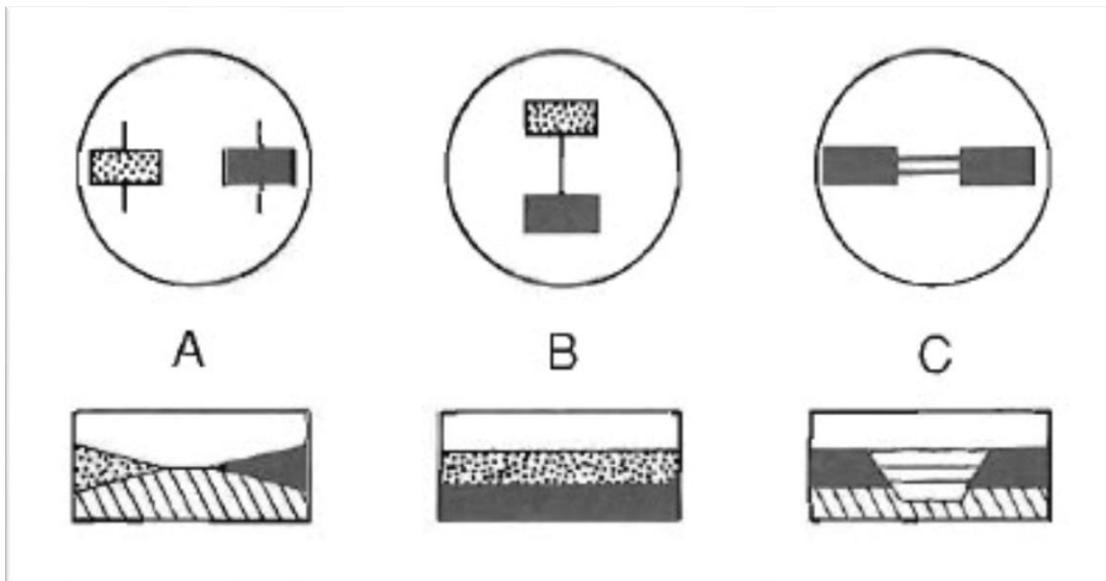
Essa sequencia é definida pela ordem da deposição dos estratos e pela criação dos elementos interfaciais que são depositados no sítio através do tempo (HARRIS, 1991). Está baseada nas sequencias estratigráficas e são representadas por um diagrama com vários retângulos que mostra as relações estratigráficas de um sítio:

Figura 7 - Desenho de diagrama da Matriz de Harris. HARRIS, 1991.



Assim, a leitura e interpretação de um sítio são feitas mediante o comportamento da sua estratigrafia. A relação que há entre as camadas estratigráficas é feita de acordo com o princípio estratigráfico de Harris, sob a lei de sucessão, que admite três tipos de relações entre as camadas (HARRIS, op. cit.):

Figura 8 - Desenho das relações entre as camadas estratigráficas. HARRIS, 1991.



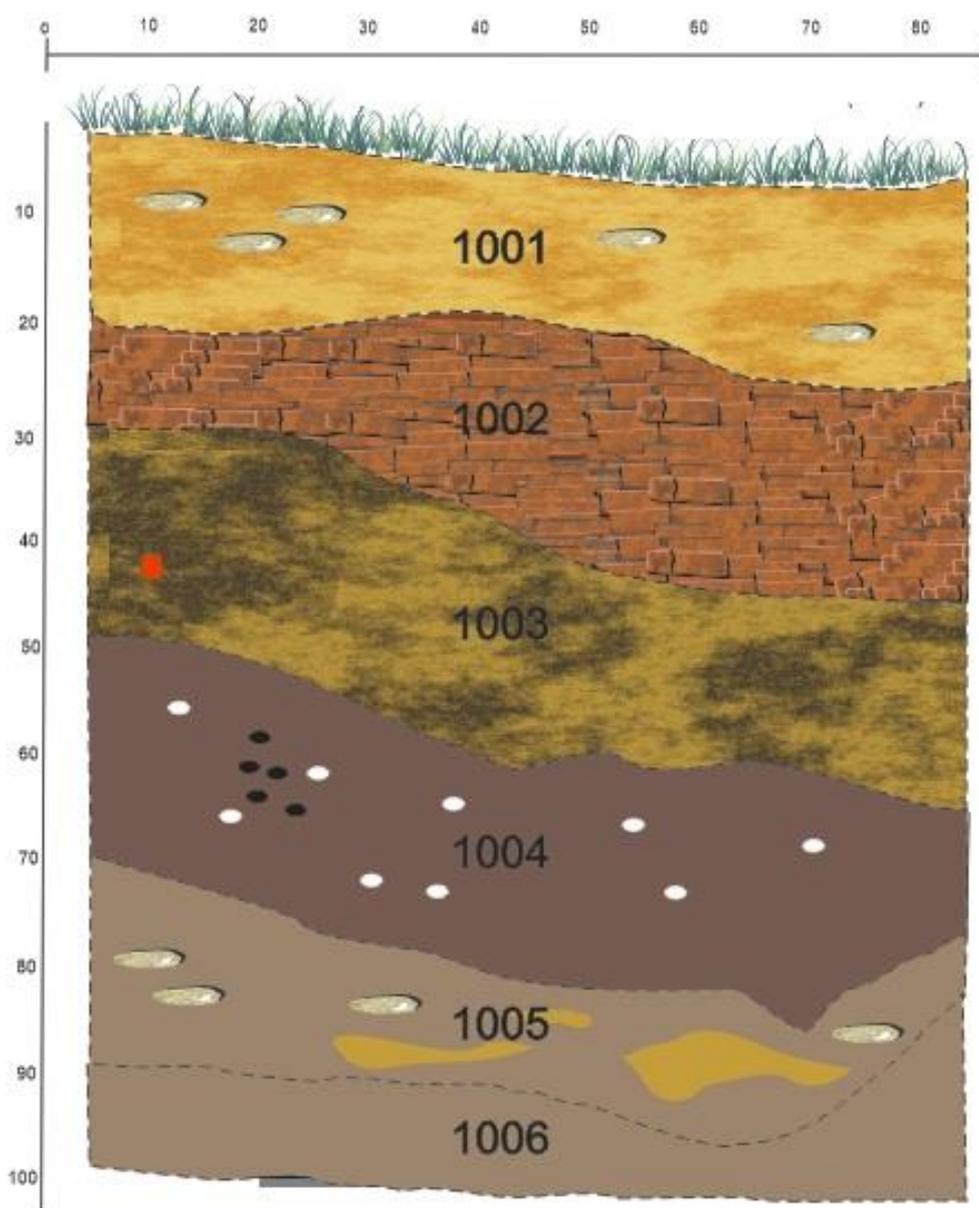
No primeiro exemplo (A), as unidades não tem conexão estratigráfica direta, chamada de **Correlação**. No exemplo B, as unidades se sobrepõem – **Superposição**. E no exemplo C, as unidades se interrelacionam como partes separadas de um todo, que podem estar relacionadas a um elemento interfacial - **Comparação**.

Para Harris (op. cit.), o estudo da estratigrafia arqueológica serve para situar as unidades estratigráficas, os estratos, e os elementos em sua ordem sequencial. Além disso, a construção gráfica das sequencias estratigráficas ocorre de acordo com os artefatos presentes no solo.

No caso do RT, em que se têm paredes, revestimentos arquitetônicos, estruturas e estratos no solo, foi imprescindível encontrar uma maneira de registrar tudo. A interpretação e a definição das UEs consistiram em datar e ordenar as ocupações daquele espaço, até a contemporaneidade. Nesse procedimento, analisei as distintas atividades ocorridas a partir da área da escavação que expôs a estratigrafia do sítio caracterizada pelas constantes reocupações e por atividade pós-deposicional que inclui a submersão do sítio ocasionada pelas enchentes do rio Cotinguiba.

Os perfis estratigráficos parciais foram desenhados a partir das *interfaces horizontais*, que são especificidades dos depósitos em sítios como este. Neste caso, as interfaces horizontais equivalem à extensão de um depósito de Unidade Estratigráfica. Segue representação apenas do perfil sul do *locus* 1, levando em conta que os perfis das unidades escavadas se comportaram de forma semelhante em toda a extensão do terreno. A datação relativa das UEs estabeleceu-se mediante a interpretação da estratigrafia. A cronologia também foi estabelecida de acordo com os objetos datáveis, em consonância com as UEs.

Figura 9 - Desenho do perfil Sul, Locus 1, sítio RT.



A UE **1006** corresponde à base do sítio, composta por sedimento areno-argiloso úmido, acinzentado, sendo estéril. A unidade **1005** é argilosa, alaranjada, com presença de seixos, sendo estéril. A unidade **1004** é composta por sedimento acinzentado escuro com presença de fragmentos de carvão e pó de minério de ferro (pó de ferro) em grandes quantidades com concreção resultante de queima, apresentando, ainda, abundância de objetos de metais e refugo de fundição. A unidade **1003** possui sedimento areno-argiloso amarelado. Nessa interface foi notada a presença de carvão com concreção por queima e manchas escuras. Uma barra em ferro e borra de cobre, que tem a mesma relação de atividade dos perfis anteriores. A camada **1002** é argilo-arenosa com mancha acentuada de carvão e material construtivo, com tijolos de cerâmica maciça e telhas de cerâmica. A UE **1001** é arenosa, úmida, amarelada, com pedra calcária e argamassa, material construtivo e entulho, representando a ocupação mais contemporânea do sítio.

O diagrama estratigráfico parcial segue da seguinte forma:

Figura 10 - Desenho de diagrama do perfil sul.



De acordo com Harris (1991), analisar apenas o artefato e usá-lo somente para determinar cronologia, pode acarretar problemas, levando em conta que este pode movimentar-se durante processos de perturbações das UEs.

4.1.2 Os Locus

Foram definidas três etapas de campo e cada uma delas correspondendo às intervenções em um dos *locus* (Apêndice 1):

- a) *Locus 1* – espaço delimitado pelas paredes das ruínas e que correspondem ao espaço interno da edificação. Apresentou 144 m².
- b) *Locus 2* – espaço identificado por uma reocupação contemporânea através da presença de edificações correspondendo a uma construção em forma de vila, construída entre 1960/1970.
- c) *Locus 3* – espaço identificado como os fundos das ruínas que não apresentam vestígios de edificações na superfície. Está localizado próximo à margem do rio Cotinguiba. Apresentou 188 m².

No *Locus 1* as escavações atingiram a base arenosa do terraço fluvial (UE **1006**). Esta UE não foi evidenciada em todos os setores amostrais, pois os pisos evidenciados foram mantidos. A UE **1002** apresentou material construtivo recente, tecido, plásticos (lixo contemporâneo). Entre as UEs **1004** e **1002** foram recuperados materiais referentes ao século XIX como fragmentos de louça, cerâmica, vidros, ossos, dentes (humanos e animal) e cachimbos, e ainda material de uso hospitalar. A partir da UE **1004**, observou-se uma alta densidade de metais (peças em ferro, refugos de fundição em cobre, peças de máquinas de grande porte e até peças de uso doméstico). Na UE **1005** o material arqueológico não foi mais visualizado. Neste *Locus* foram encontradas 10 estruturas:

QUADRO1- Estruturas arquitetônicas evidenciadas no *Locus* 1.

IDENTIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO	SETOR	UNIDADE ESTRATIGRÁFICA
Estrutura 01	Piso de tijolinhos de argila	C 2	UE 1002
Estrutura 02	Piso de pedra calcária	A 3	UE 1002
Estrutura 03	Piso de pedra calcária	B 2	UE 1002
Estrutura 04	Piso de pedra calcária	B 3	UE 1002
Estrutura 05	Piso de cimento recente	A 3	UE 1001
Estrutura 06	Estrutura de concreto	A 6	UE 1001
Estrutura 07	Coluna circular de cimento e brita.	D 3	UE 1001
Estrutura 08	Pedras calcárias de grande porte	C 3	UE 1003
Estrutura 09	Alicerce de pedras calcárias	A 3	UE 1003
Estrutura 10	Piso de cimento recente	Y 3	UE 1001

Algumas estruturas são compostas de pedra calcária de pequeno e médio porte, com argamassa (argila com pigmento amarelado); outras de cimento recente; observamos, ainda, uma estrutura de concreto e brita. Importante notificar que a estrutura encontrada no setor B2/UE **1002**, está no mesmo nivelamento do primeiro piso da Praça do Teatro e ainda, as pedras desse piso também são semelhantes ao alinhamento do calçamento da rua, com traçado do período colonial, o que parece indicar que anterior à construção do prédio, o traçado da rua estendia-se até o espaço do “teatro”, beirando o rio. Essas estruturas ajudaram a modelar a construção, além de fornecer informações a respeito do material construtivo, que consistiu em argamassa e pedra calcária, material comum em construções do século XIX, tradicionais da arquitetura colonial local.

Figura 11 – Estrutura encontrada no Locus 1, 2012.



O setor Y3, próxima a parede, foi escavado visando entender a profundidade da estrutura parietal, tendo, porém, sido interrompida a escavação na primeira decapagem, pois foi encontrada estrutura de piso ⁴. Esse piso está no mesmo nível do piso da construção da vila do século XX (1950) e por ser construído em cimento é contemporânea à ocupação da vila.

⁴ Não foi permitido pelo IPHAN a abertura de outras sondagem junto à parede oeste, devido ao perigo de desabamento.

Figura 12 - Estrutura 10 (piso de cimento evidenciado nas escavações). Sítio RT, 2013.



Com a abertura dos primeiros setores pôde ser percebida a presença de material hospitalar constante nas UEs **1004** e **1002**, além de fragmentos cerâmicos e louça. Na UE **1004** foi observada a presença abundante de metal, que consistiu em uma variedade de objetos e peças, bem como refugos de fundição.

O espaço nominado de **Locus 2** integra o lado leste do sítio RT, onde se localiza a construção relacionada ao século XX (1950), edificada para habitação de aluguel em forma de vila. Nesse espaço não foram feitas intervenções. A construção foi demolida pelo IPHAN no início de 2014, para o projeto de restauração e não foi possível o acompanhamento desta atividade, devido à falta de comunicação do órgão responsável pelo restauro.

Figura 13 – Construção em forma de vila, em ruínas. Sítio RT, 2013.



No **Locus 3** foram realizadas intervenções em forma de trincheiras. As trincheiras não atingiram a UE **1006** devido a problemas no cronograma. Foram encontradas evidências da parede norte do edifício, representadas por pedra calcária de pequeno e médio porte, com argila (pigmento amarelado) e cimento, resultado do desabamento da parede.

Figura 14 - Estrutura 1 do Locus 3: evidências da parede norte. Sítio RT, 2013.



Também foram evidenciados vestígios de tijolos cerâmicos que compunham um muro do presídio/delegacia que também desabou. Além destes vestígios construtivos foi recuperado material construtivo recente, tecidos e plásticos, bem como fragmentos de louça, cerâmica, vidro, ossos, dentes (humanos e animal) e cachimbos. Ainda foram evidenciadas três estruturas representando o muro de contenção do rio, um piso, um arco e parte do calçamento da vila já observado no *Locus 2*.

Quadro 2- Estruturas arquitetônicas evidenciadas no *Locus 3*.

IDENTIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO	SETOR	UNIDADE ESTRATIGRÁFICA
Estrutura 01	Piso (ancoradouro)	<i>Locus 3</i>	---
Estrutura 02	Arco de tijolos	<i>Locus 3</i>	---
Estrutura 03	Calçamento da vila	<i>Locus 3</i>	UE 1002

O piso, onde também se observou um arco, é feito de tijolos e pedra calcária, compondo um possível ancoradouro. É importante salientar que no

século XIX, a principal via de transporte estava representada pelo rio Cotinguiba. Assim, as estruturas 01 e 02 deste *locus* representam uma atividade portuária no local. Essas estruturas só podem ser vistas quando a maré esta baixa.

Figura 15 – Estrutura 01, *Locus* 3: Piso às margem do rio Cotinguiba. Sítio RT, 2013.



Figura 16 - Estrutura 01, Locus 3: arco às margem do rio Cotinguiba. Sítio RT, 2013.



4.2 INDICADORES DE OCUPAÇÕES: INTERPRETANDO OS VESTÍGIOS

O primeiro questionamento levantado foi se seria possível determinar arqueologicamente todos os usos daquele espaço, até então popularmente citados, como é o caso do “teatro”, que pode ter sido apenas uma nomenclatura popular por ter havido alguma atividade esporádica nele e no seu entorno. A escavação foi realizada de forma cuidadosa, com o intuito de identificar vestígios dessa ocupação. O levantamento histórico da construção, assim como as fontes orais (BARBOSA, 2014) não foram desprezados, levando em conta que são fontes de referências importantes. Foram analisadas para entender a sua intencionalidade e o seu papel na sociedade que a produziu.

4.2.1 Alfândega

O sítio “RT” reúne um palimpsesto de ocupações que denota os seus múltiplos componentes, tendo sido recuperados em abundância restos de construções dos séculos XIX e XX. A sua primeira edificação remonta ao século XIX, podendo estar relacionada à tentativa de construção da primeira alfândega de Sergipe. Antes de 1820 não havia alfândega e o controle fiscal ainda era feito pelo porto da Bahia, funcionando em Sergipe apenas “mesas de renda” que controlavam entrada e saída das embarcações, por conta das instalações físicas tecnicamente precárias. Com o crescimento do movimento portuário na década de 1820, surgiu essa necessidade. Laranjeiras foi escolhida para esse aporte, levando em conta a menor probabilidade, dentre os outros portos da barra da Cotinguiba, em ser atingida pelo assoreamento do rio. O local foi cogitado para ser a alfândega da Província, na terceira década do século XIX (1836).

“Somente dos anos 20 há material capaz de revelar o procedimento anual do comércio por esse porto. Quando da criação da Alfândega em Laranjeiras, reunindo num só ponto os registros anteriormente isolados, ocultam-se as particularidades da evolução desse pequeno ancoradouro.” (ALMEIDA, 1984, p. 78).

Outras questões, porém, foram suscitadas a respeito da alfândega e discussões para o impedimento da sua construção e fixação definitiva em Laranjeiras. O jornal “Correio Sergipense” relata as discussões da Lei de Orçamento para a liberação de verbas:

Entrando na parte da ordem do dia a discussão da Lei do Orçamento, conforme a proposta do ministro da Fazenda, depois de terem falhado a respeito alguns senhores Srs. Deputados, o Sr. Almeida Boto aproveita o ensejo para oferecer sua emenda em favor da casa que o governo deve consignar para construção da Alfândega de Laranjeiras, nos termos seguintes (Trecho do jornal Correio Sergipense, de 12 de agosto de 1842).

O pedido foi feito pelo deputado Sebastião Gaspar d’Almeida Boto, que alegava ser Laranjeiras o local propício para estabelecer a alfândega, visto ter essa cidade maior fluxo de exportação e importação da Província e boa localização, em relação aos outros portos da barra da Cotinguiba. Transcrevo trecho do jornal “O Correio Sergipense” de 14 a 17 de outubro de 1840, emitido por Boto a Martin Francisco (ministro da Fazenda):

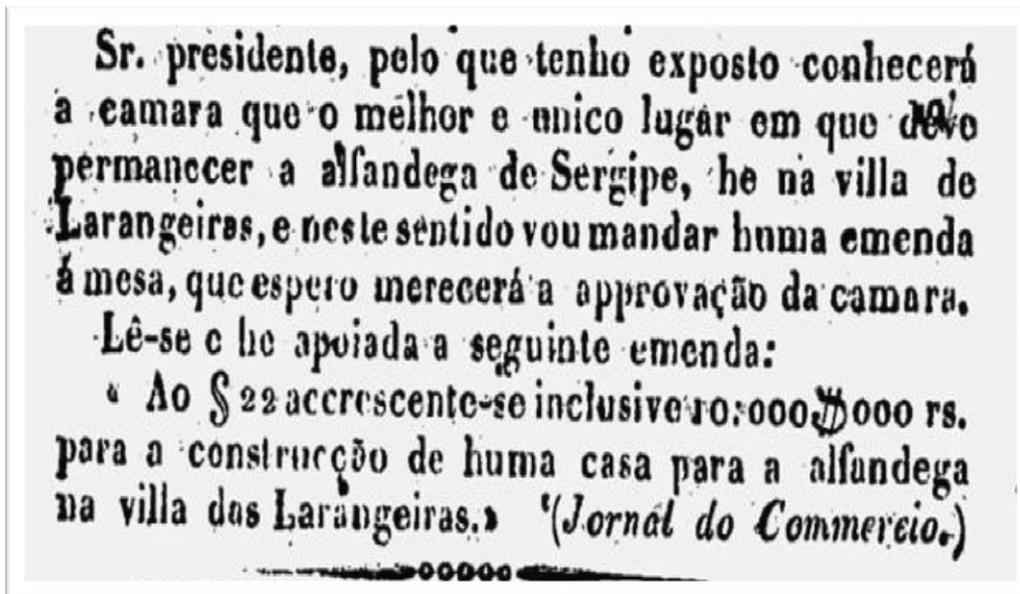
“Sr. Presidente, quem, bem como eu, conhece a posição topográfica da minha província, não deixa de ver os graves inconvenientes a mesma província o estabelecimento da alfandega no porto do Aracajú, lugar este que, distando cinco léguas de viagem de mar para os dous portos da maior importação e exportação, offerece todas as inconveniencias aos interesses públicos e particulares, accrescendo que, residindo neste lugar apenas pessoas indigentes, que vivem do recurso da morada de beira mar, não se encontra huma casa onde possam habitar, nem ao menos os trabalhadores do edificio que por ventura ali se houvesse de construir: V. Ex. que presidio o destino da minha província e nella residio por largo tempo, estará bem ao facto de que, se os negociantes e proprietarios se vissem sujeitos a huma alfandega no Aracajú, isso importaria a maior das calamidades, ja na difficuldade de transportes, ja no risco a que ficarião sujeitos a taes transportes; mas como o Sr. Ministro teve a bondade de declarar que não tem sido approvedo nem a planta e orçamento da obra, nem a remoção da alfandega, eu julgo do meu dever expôr ao Sr. ministro aquillo que me parece mais util a fazenda nacional e aos interesses da agricultura.”

E ainda no mesmo officio, o seu interesse em estabelecer definitivamente a alfandega em Laranjeiras:

“Senhores, a minha província comprehende em si quatro barras, a do Rio de S. Francisco, ao norte, que confina com a província das Alagoas; as da Contiguiba e de Sergipe, no centro, e a do Rio Real, ao sul, que igualmente confina com a província da Bahia: por estas barras se faz toda a exportação da provincia, mas não ha duvida que a maior importação eh pela Contiguiba; ora, existindo nas villas das Laranjeiras, colloca-la a márgem de hum rio deste nome, a alfandega da província, he evidente que os agricultores dos outros portos das barras que mencionei não podem gozar do grande beneficio de venderem seus gêneros aos estrangeiros como aquelles que transportão pela barra da Contiguiba, por onde neste anno sairão 16 navios carregados em direitura para a Europa. Ora esta exportação, encelada neste anno, me convence que em poucos tempos a província de Sergipe sera huma daquelas que mais contribue para as despesas do paiz. Nesta consideração, Sr. presidente, e o chamo a attenção do nobre ministro, para que, em sua nobre sabedoria, descubra o meio de reparar estes inconvenientes, e certo de que esses serão os desejos de S. Ex., eu pergunto se he possivel alfandegarem-se as mesas de Rendas da minha província de maneira que, considerados como tribunaes sujeitos á alfandega, possam os estrangeiros receberem carregamentos perante ellas, mas ficando obrigados quanto aos generos de importação fazerem suas descargas na alfandega, e se S. Ex. se dignar dar-me sua opinião eu continuarei.”

E o pedido de verbas para a construção da casa da alfandega:

Figura 17 - Recorte do Jornal do Commercio, de 1842.



Ao que parece, esse pedido não foi atendido tendo sido alegado primeiramente que a mesa de rendas da vila de Maruim precisava de melhorias e que a cidade de Laranjeiras já havia recebido verbas para outros serviços públicos e não se podia gastar mais.

No ano de 1843 ainda havia discussões sobre o estabelecimento fixo da alfândega de Sergipe e o secretário geral da Província, Verissimo de Sousa Coelho, se manifestou em resposta ao deputado Boto, a respeito da necessidade da localização da alfândega em Aracaju, alegando ser a barra de Aracaju o lugar mais apropriado e conveniente para servir de alfândega e consulado, argumentando que a distancia de Laranjeiras e o problema com as embarcações estrangeiras de alto bordo que não podiam chegar até lá eram fatores cruciais para não ser instalada em Laranjeiras, conforme mostra trecho transcrito do jornal Correio Sergipense, de 19 de julho de 1843:

“O nobre deputado fez diversas observações para provar a inutilidade e inconveniencia da medida tomada pelo governo de mandar construir hum armazem no lugar denominado Aracajú, para servir de alfandega e de consulado e que daqui não pode tirar vantagem para aumento de renda, e que resultão grandes inconvenientes ao commercio. A alfandega da província de Sergipe esta collocada na villa das Laranjeiras á margem do rio Contiguiba, sete ou oito leguas acima da barra. Pelas informações que tenho, os barcos estrangeiros não chega á villa, cujo o rio não se mesmo com a maré, a navegação ate ella aos barcos de alto bordo. Esses barcos ficão pois abaixo do local em que está a alfandega algumas leguas e descarregão em borcas que conduzem os generos ate a alfandega. Ora, a villa de Maroimhe outro

ponto commercial da provincia, centro de grandes estabelecimentos agricolas, esta collocada á margem do rio Ganhameróba, que conflue com o Contuiba abaixo algumas leguas da villa de Larangeiras, mas acima algumas do Aracajú, em que o governo mandou edificar esta casa, e he a alfandega situada na villa de Larangeiras distante algumas leguas de Maroim, que deve fiscalisar a exportação que se faz deste ultimo ponto? Se eu soubesse que o Sr. deputado tocaria nesta materia, viria prevenido, traria hum mappa que ha no thesouro, posto que muito imperfeito, e com ele na mão perguntaria se hepossivel que a alfandega collocada na villa das Larangeiraspodesse bem fiscalisar a exportação e importação de Sergipe; e toda a camara me diria que não: mas penso que o que disse basta para o provar; pelo contrario, se se estabelecer a alfandega no Aracajú, he se fizer todo o deposito dos generos de producção da provincia que se exportão pela barra da Cotinguiba para serem inspeccionados e verificados os pesos, taras e qualidades pelos empregados, tenho para mim que a fiscalisação ha de ser muito mais efficaz.”(*Trecho transcrito do Correio Sergipense, 19 de julho de 1843*).

A cidade de Laranjeiras abrigou a primeira alfândega da Província de Sergipe, em 1936, que marcou o seu desenvolvimento econômico, já que as trocas diretas passaram a ser feitas com grandes portos exportadores como Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e Europa (ALMEIDA, 1984; AZEVEDO, 1975 *apud* LEÃO, 2011).

Esse fator também impulsionou o seu desenvolvimento urbano. Nas primeiras décadas do XIX, os edifícios já estavam sendo construídos com o pensamento de maiores possibilidades econômicas e distinção social, com arquitetura dentro dos padrões estéticos modernos. Apesar disso, ainda havia a influencia colonial, nos tetos e pisos que permitiam construções mais sólidas e seguras. O edifício seguiu padrões do estilo eclético com modelagem retangular, paredes espessas e formas que definiam claramente a sua função comercial. O terreno era dividido por três partes principais: a área retangular do edifício similar com a linha do calçamento da rua. Um amplo terreno ao fundo e o ancoradouro à margem do rio, que denota características ligadas às necessidades de uma alfândega. Em 1887, já aparecem enunciados a respeito da alfândega em Aracaju.

Na unidade A3, UE **1003** do *Locus* 1 foi encontrada uma estrutura de alicerce que pode ser vestígio de inicio de uma construção que não vingou, levando em conta não ter havido nenhuma parede que dê continuidade ao alicerce (Figura 18). Nesse mesmo *locus* foi encontrada, no setor B5, UE **1003**, uma moeda de 1828 (Império), de 80 réis (Figura 19).

Figura 18 – Estrutura 09 encontrada no sítio RT, 2013.



As moedas também foram importantes para datar as UEs, porque estas configuram significados econômicos e políticos de determinadas épocas, que contém informações de fácil percepção, como a própria data impressa nelas. Sofriam mudanças de acordo com os padrões de cada Período, conforme ideologias políticas. No RT foram encontradas moedas desde o período imperial a centavos de Real.

Figura 19 - Moeda de 80 réis, de 1828 (Império). Sítio RT, 2013.



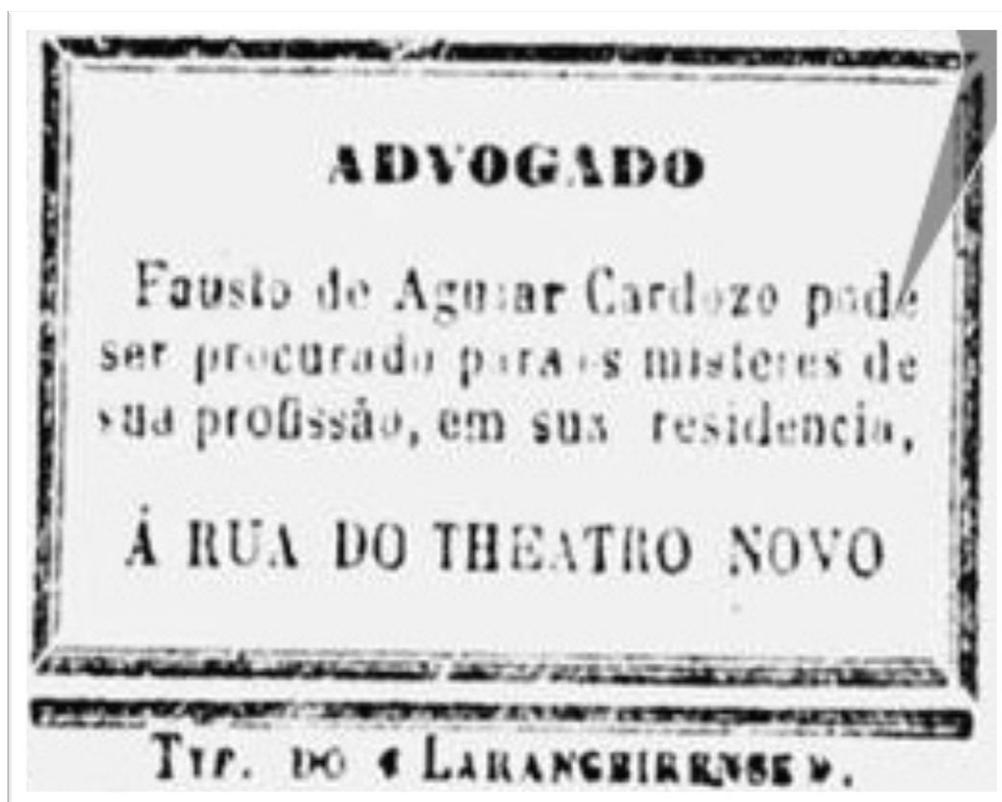
4.2.2 Teatro

No segundo quartel do século XIX, a cidade de Laranjeiras recebia espetáculos de companhias nacionais e internacionais, que se apresentavam por toda a cidade (MENEZES, 2005; DANTAS, 2009). O teatro Santo Antonio se destaca, sendo considerado como maior centro de espetáculos da cidade. No ano de 1857, foi realizado na Sala das Sessões da cidade de Laranjeiras, O Estatuto da Sociedade Dramática Recreativa, publicado no jornal “Correio Sergipense” (Ver Anexo 5), tratando dos regulamentos estabelecidos para os seus sócios. Não há dúvidas de que as manifestações teatrais foram vigentes na cidade de Laranjeiras.

Menezes (2005) escreveu no livro *Levantamento das Manifestações Teatrais em Laranjeiras – Sergipe*, que o teatro São Pedro funcionou e recebeu atrações de vários locais, inclusive da Europa. Em pesquisa em fontes primárias nenhuma referencia foi encontrada até agora que determine o uso do espaço como teatro. Apenas poucas notas em jornais a respeito do “Theatro Novo”. O jornal republicano “O Laranjeirense”, de 23 de setembro de 1888,

apresenta uma chamada do então advogado Fausto Cardozo, em sua residência:

Figura 20 - Recorte do jornal O Laranjeirense, de 23 de setembro de 1888, se referindo a um teatro novo.



Em edição de 20 de maio de 1888, o mesmo jornal também faz referencia ao teatro, ao conclamar a festa da liberdade, com a abolição da escravidão, em que convida a população para a “passeata das luzes”:

[rua] do Roque, da Matriz, Teatro Novo, de onde seguirá pela rua da Conceição à da Comandaroba; voltando pela rua do Comércio irá à do Porto do Oiteiro, d’ahi à rua a Poeira entrando pela do Cangaleixo, dissolvendo-se a passeata em frente ao edifício do Laranjeirense, onde ficarão as lanternas.

Estudo realizado de Arqueologia Pública que teve por fonte a tradição oral, possibilitou verificar as representações da população de Laranjeiras em relação ao seu patrimônio edificado. Assim, a recorrência da função de teatro para o RT foi observada nas narrativas coletadas junto à comunidade (BARBOSA, 2014).

4.2.3 Trapiche/Fundição

O trapiche Conceição e uma oficina de fundição foram também identificados como usos e atividades desenvolvidas no RT. Estas duas ocupações parecem ter funcionado concomitante, como mostra nota sobre os negócios em Laranjeiras e que cita o trapiche e a fundição (Figura 22).

Na fotografia de 1906, se observa uma construção central e outra ao lado, como um anexo da construção maior. A primeira, ao que se supõe, não servia para estocagem, levando em conta as aberturas laterais. O espaço pode ter sido dividido em duas partes, para ambas as atividades: na parte oeste, a oficina de fundição e na parte leste, o trapiche Conceição.

Figura 21 – Recorte do Almanaque Garnier, 1906. Vista aérea de Laranjeiras, com destaque ao trapiche Conceição.



Como já observado (p. 51), aparecem dados a respeito de atividades com ferro na cidade devido à necessidade de fundições para a manutenção dos engenhos à vapor.

No início do século XX (1906-1911) existem referências a existência da “Fundição do Dr. Alberto Munck”, em Laranjeiras, no Almanaque Lammert:

Figura 22 – Recorte do Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, 1906-1911

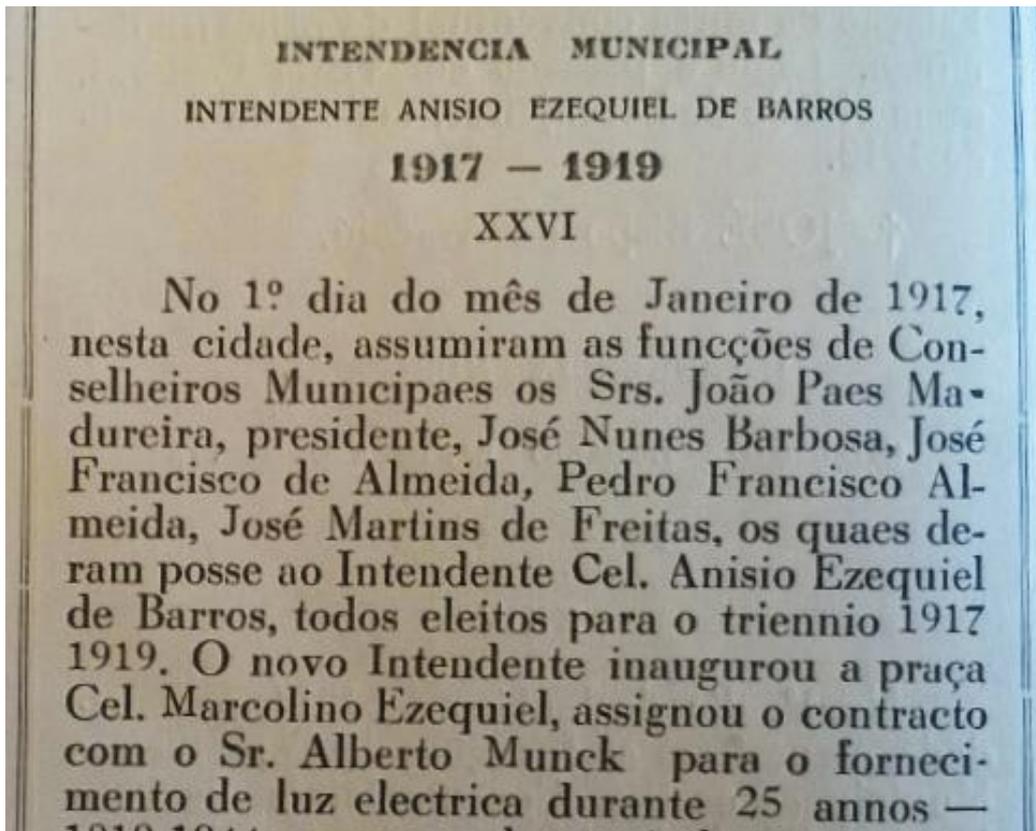
<i>Pharmacias:</i>	donça.
<i>Humanitaria:</i> de Godofredo Valle Viana.	<i>S. Estevão:</i> Francisco Rodrigues Nogueira, cap.
<i>Confiança:</i> de Mereno de Carvalho.	<i>Santa Cruz:</i> João Paes de Azevedo Madureira, cap.
<i>Freire:</i> de Epaminondas Freire Barreto.	<i>Foguetes (Fabrica de):</i> Maria Rosa da Paixao.
<i>Trapiches:</i>	<i>Fundição:</i> Dr. Alberto Munck.
1.º Barão: William S. Chussell.	<i>Manteiga (Fabrica de):</i> Dr. Antonio Militão de Bragança.
2.º Barão: Joaquim Amancio Bispo.	<i>Olarias:</i>
<i>Conceição:</i> Manoel de Mendonça Telles.	Demosthenes de Oliveira Ribeiro.
<i>União Agricola.</i> Manoel Theodorico do Amor Divino.	José Cupertino de Menezes.

Karl Albert Gustav Munck foi um engenheiro mecânico alemão que chegou a Laranjeiras em 1907, aos 26 anos de idade. Especialista em montagem de máquinas dos engenhos de cana de açúcar. Fixou-se em Sergipe, com sua esposa Ana Hodewig Julia Roessung, em 1918. Foi responsável pela criação de uma companhia elétrica em 1918 e firmou contrato para instalar e manter a iluminação pública da cidade, movida por motor Deutz a gasogênio importado da Alemanha. Montou o maquinário de mais de 40 usinas açucareiras e introduziu a fabricação de gelo, uma inovação da modernidade. Na sua oficina trabalhavam em torno de 150 operários.

O engenheiro era representante da empresa alemã Maschinenfabrik Sangar Hausen, especializada na fabricação de equipamentos para engenhos e usinas de açúcar. Com ele vieram ainda mais dois mecânicos: Adolph Bergeher e Hans Schudler, que o auxiliavam no trabalho de montagem dos equipamentos. Presenciou a epidemia de varíola em Laranjeiras, em 1911 e em 1936 mudou-se definitivamente para Aracaju, encerrando seus negócios em Laranjeiras. Albert Munck morreu em 1941. Sua filha, Gisela Munck, herdou propriedade em Laranjeiras (CARVALHO, 2006).

Oliveira (1942) também faz referencia a Albert Munck, quando apresenta quadro de Receita (1917 – 1919) gerado pela Intendência Municipal da cidade de Laranjeiras, para o fornecimento de luz elétrica, durante 25 anos:

Figura 23 - Referencia a Albert Munck. OLIVEIRA, 1945.



Durante a pesquisa arqueológica foi possível evidenciar a ocorrência significativa de peças de metais (lâminas, plaquetas, cravos, barras de ferro, escórias e minérios) em abundancia indicando atividades de manipulação do ferro em peças utilitárias. Os refugos como escória (borra) de fundição e pó de minério de ferro estão distribuídos em toda a extensão do lado oeste do sítio, apresentando maior concentração no *Locus* 1.

Figura 24 - Escórias, pregos, parafusos e cravos retirados do locus 1. Sítio RT, 2013



Para a operação da fundição era necessário um espaço destinado à oficina que precisava do forno e do malho. A disposição desses equipamentos não era aleatória. E o edifício deveria abrigar ainda depósitos de matéria prima (carvão vegetal e minérios de ferro já calcinados). Durante as escavações não foram encontrados vestígios materiais que permitissem identificar os locais onde estariam instalados os fornos e o malho. Assim, não acreditamos na existência de uma fundição, mas sim do que se denominava de casas de fundição, ou seja, oficinas para reparo e manutenção de peças metálicas. A quantidade e variedade de objetos de ferro indicam claramente a existência dessa atividade (Apêndice 3).

Figura 25 – Peça em ferro, evidenciada durante as escavações do sítio RT, 2013.



Figura 26 - Peça em ferro. Sítio RT, 2013.



Em meados do XIX, as atividades com fundição no Brasil já possuíam características industriais, com guindastes com rodas de ferro, forno de cozer e

força motriz hidráulica, que produzia foles, tornos peças hidráulicas, pás, enxadas, foices, aros para prender objetos, as moendas, alavancas e peças para os engenhos de cana em geral. Os fornos eram ainda de pequena dimensão, com o processo de redução direta do minério com carvão vegetal. Na virada do século XX já se tem registros do uso de máquinas motrizes (hidráulicas). Peças de pequeno, médio e grande porte, retiradas nas escavações incidem na afirmação de que ali foi uma oficina de fundição.

Figura 27 - Peça em ferro retirada nas escavações do RT, *Locus* 3. Sítio RT, 2013.



Figura 28 - Peças retiradas do *Locus 1*. Sítio RT, 2013.



Os cravos também foram encontrados em grande quantidade. No século XIX eram usados no sistema construtivo e sua principal função era pregar na parede para dar sustentação. A sua produção era uma especialidade da Inglaterra. Em 1820 foi inventada uma máquina para cortá-los deixando-os mais retangulares e mais apropriados às construções (cobertas, vigas, esquadrias, paredes, madeira, etc). Eram fabricados em tamanhos variados. As técnicas para a confecção dos cravos e pregos feitos nas oficinas de forjaria consistia em moldagem ou modelagem. Eram feitos com haste quadrada ou prismática, estando ausente a forma cônica. Isso pode ser explicado por uma razão prática: dar firmeza ao ferreiro na hora da moldagem. A peça com haste cônica giraria no momento do impacto, provocando deslizamentos da peça (COSTA, 2005).

Na Laranjeiras Oitocentista a grande demanda de construções e reformas nos sobrados e em todo o construto urbano, provocou a grande demanda de pregos e cravos que era determinante mediante a necessidade das construções. Os cravos encontrados em maior quantidade no sítio RT foram os de formato em L, com a cabeça pendida para um lado, que serviam para enganchar, semelhante às usadas em linhas de trem (Figura 29-2). Em forma de prisma com a cabeça quadrada, usadas em paredes com argamassa.

E as peças finas e compridas, usadas em madeira (Figura 29-3). Com essa última categoria, tivemos problemas devido à oxidação das peças, e por se tratarem de menor espessura, a maior parte se esfacelou.

Figura 29 - Cravos 1 com haste quadrada e cabeça quadrada, 2 – Cabeça quadrada descentralizada e haste quadrada. 3 – haste prismática e cabeça circular 4 – prego.



Para as atividades de fundição em todo o país empregavam trabalhadores, tendo os africanos um papel importante no desenvolvimento das atividades de fundição. A esses eram destinadas as funções de conduzir material até o forno, carregar lenha, queimar o mineral e trabalhar na boca do forno, tendo atividades especializadas (MOMESSO, 2007). Dessa maneira, as amostras arqueológicas deixam clara a relação entre usuários e objetos. Por exemplo, os vários cachimbos encontrados no RT demonstram que o hábito de fumar estava presente em suas atividades cotidianas.

Também foram encontradas moedas dessa ocupação. A exemplo, uma moeda de 50 centavos, de 1920, com a figura da República (Figuras 30).

Figura 30 - Moeda de 1920, de 50 centavos. Sítio RT, 2013.



Após Albert Munck ter ido para Aracaju, o terreno foi entregue a John Smith como partilha, em 1937, valendo trezentos e trinta e três mil reis (Anexo 7). Desse período foi encontrada moeda de 300 réis, de 1938 (Figura 31):

Figura 31 - Moeda de 300 réis, de 1938. Sítio RT, 2013.



4.2.4 Vila

Em 1965, Américo Muniz Barreto assumiu a propriedade (Anexo 8) e, nesse momento, foi construída uma pequena vila de residências e que na década de 1970 também foi abandonada gradativamente.

A vila foi a ocupação mais recente relacionada ao piso de tijolos cerâmicos e um capeamento de cimento na área do *locus* 1 (Figura 12). Dessa ocupação tinha uma quantidade relevante de cultura material contemporânea, desde brinquedos a objetos de cuidado e estética individual, indicando, pela primeira vez no sítio RT, a presença de atividades associadas ao universo doméstico. Contudo, devemos fazer uma observação de que estes objetos foram recuperados no que seria o quintal da vila (*locus* 1), onde as crianças deveriam se dedicar às atividades lúdicas, convivendo, possivelmente, com material doméstico e de uso pessoal descartado fortuitamente (figuras 32, 33, 34 e 35). O espaço deixa de ter função comercial para ser doméstico e familiar.

Após o abandono da vila, o sítio RT passou a ser usado como local de despejo de lixo.

Figura 32 - Brinquedos de plástico retirados do Locus 1. Sítio RT, 2013.



Figura 33 - Bolas de gude retiradas dos *Locus* 1 e 3. Sítio RT, 2013



Figura 34 - Botões de costura em plástico. Sítio RT, 2013.



Figura 35 - Tampas de esmalte em plástico. Sítio RT, 2013.

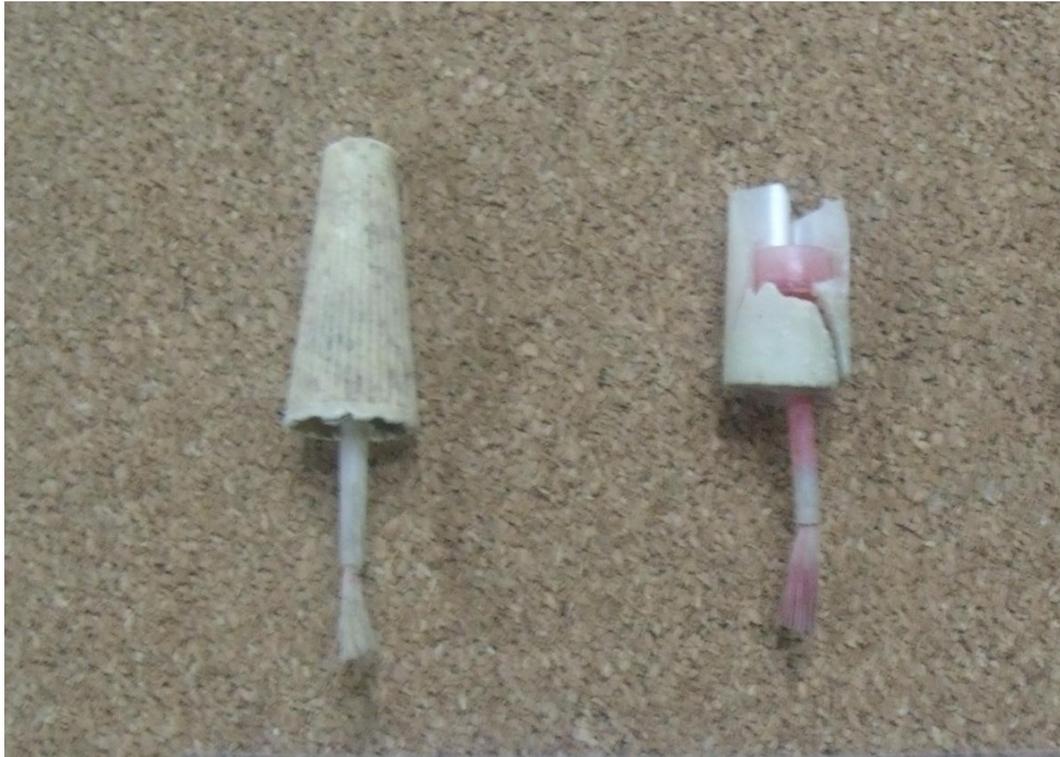


Figura 36 - Ampolas em vidro, de anestésicos odontológicos. Sítio RT, 2013.



E também foi encontrado material odontológico, como ampolas de vidro, seringas para aplicação de medicação e dentes humanos (Figuras 37 e 38).

Figura 37 - Dentes humanos. Sítio RT, 2013.



Figura 38 - Seringas retiradas das escavações do sítio RT, 2013.



E também diversas moedas, algumas da Era Vargas (Figura 39) até moedas de centavos de real. Nas trincheiras 1 e 3 do Locus 3 foi detectada uma concentração com variedade de moedas das décadas de 80 e 90 (Figura 40).

Figura 39 – Moedas de 50 centavos, de 1942. Sítio RT, 2013.



Figura 40 Moedas de centavos, das décadas de 1980 e 1990. Sítio RT, 2013.



5. CONSIDERAÇÕES

A Arqueologia pode dizer coisas da dinâmica social e construir interpretações a partir do universo que reúne objetos e contextos, que juntos permitem a composição de uma leitura das sociedades recentes e contemporâneas. A menor evidencia pode ter infinitas interpretações, de como era o lugar e como as pessoas viviam nele. Os fragmentos encontrados podem contestar hipóteses, ratificá-las ou até suscitar outras novas.

Os objetos na área citadina formam perfis daquela sociedade. O sítio Ruínas do Teatro representa, ao longo das suas ocupações, um logro cultural de transformações e inovações da sociedade de Laranjeiras, que inclui em sua cultura material indicadores das variadas atividades exercidas nesse espaço, notadamente a presença de uma oficina de fundição. Essas transformações demonstram uma complexa e densa articulação da população com o chamado mundo urbano, em fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX (Modernidade); de aquisição de equipamentos tecnológicos, utilização de bens coletivos; melhorias urbanas.

No decorrer dos Oitocentos algumas transformações e mudanças na urbanização, que buscava o progresso e a civilidade, não passavam de meras propostas, não obstante a forte resistência à materialização desses avanços diante da realidade da escravidão.

A sociedade de Laranjeiras no momento de ruptura do paradigma escravista estava dividida entre senhores proprietários e trabalhadores despossuídos (ex-escravos). O poder local buscava de uma forma incipiente se ajustar aos moldes da República. Tentou urbanizar-se e estruturar a sua base industrial, além da urbanização e do saneamento, que por não serem calcados em um projeto estruturado não atingiram resultados satisfatórios. As epidemias eram frequentes e tornavam ainda mais vulnerável à vida seus cidadãos. Tanto os senhores quanto os ex-escravos, encontravam-se diante do desafio de assimilar a nova estrutura social e econômica.

A partir das evidências arqueológicas seguidas das interpretações com base na Arqueologia Urbana e Interpretativa, percebi que a modernidade

esteve ligada a *urbe* de Laranjeiras com a introdução de serviços públicos e de tecnologias, que acarretou em uma movimentação em diversos setores econômicos e sociais. A presença de empresários/comerciantes estrangeiros, notadamente germânicos, consubstanciou-se na tentativa última de modernização de Laranjeiras. Assim, a introdução de uma mentalidade calcada no capitalismo europeu, especificamente na produção canavieira, fez-se presente com a introdução do engenho à vapor, da eletricidade pública, do telégrafo, de oficinas para manutenção das novas tecnologias modernas, além da criação de uma fábrica de gelo, para o conforto e reprodução do modo capitalista urbano.

O sítio Ruínas do Teatro é a materialização desse discurso de modernidade nessa cidade que se pretendia burguesa. O discurso porém não foi sustentado quando da discrepância entre modernidade e os problemas relacionados à população. A elite não soube se reestruturar em Laranjeiras, incorporando a grande massa de ex escravos. Estes acabaram por migrar para outros centros urbanos em busca de trabalho assalariado. O novo discurso de modernidade proferido por essa elite branca não se sustentou com a Abolição. Com a desestruturação da manufatura canavieira restou à oligarquia açucareira a transferência de capital para novas atividades industriais (indústria têxtil) que não tiveram espaço em Laranjeiras. Esses migraram de Laranjeiras e levaram consigo as práticas e comportamentos modernos.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINI, C. *Cachimbos de escravos e a reconstrução de identidades africanas no Rio de Janeiro, século XIX*. Monografia apresentada na obtenção do Bacharelado em Arqueologia da Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 1997.

ALENCASTRO, L. F. de. *Vida Privada e ordem no império*. In: *História da Vida Privada no Brasil* (v.2) São Paulo: CIA das Letras, 1997.

ALMEIDA, M. G. S. de. *Sergipe, Fundamentos de uma Economia Dependente*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1984.

_____. *Uma unidade açucareira em Sergipe – O Engenho Pedras*. Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História – ANPUH/Aracaju, 1975.

AMARAL, S. P. do. *Escravidão, Liberdade e Resistência em Sergipe: Cotinguiba, 1860-1888*. Tese (doutorado), UFBA/Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Bahia, 2007.

AZEVEDO, C. B. de. *Doutor Bragança, esse varão laranjeirense*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1971.

AZEVEDO, P. O. de. (Coord.). *Volume 3 – Análise da Estrutura Urbana*. In: GRAU/UFBA. Plano Urbanístico de Laranjeiras. Salvador: Grupo de restauração e renovação arquitetônica e urbanística –SUDOPE/ENSETUR -SE, 1975.

BARBOSA, W. A arqueologia pública: a memória na construção do passado do sítio ruínas do teatro São Pedro, Laranjeiras, Sergipe. Monografia de graduação. Departamento de Arqueologia, Universidade Federal de Sergipe, 2014 (inédito)

BARBOSA-GUIMARÃES, M. *Manual de Estudos de Materiais Históricos, Volume 1 – Cerâmica*. Núcleo de Arqueologia-UFS, 2012 (inédito).

BEAUDRY, M. C. et al, *Artefatos e vozes ativas: cultura material como discurso social*. Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica. Laboratório de Arqueologia - Belo Horizonte, 2007.

BENEVOLO, L. *História das cidades*. Ed. Perspectiva, São Paulo, 2009.

BJUR, H. *Via Tiburtina. Space, Movement and Artefacts in the Urban Landscape*. Research program.Rome, 2005.

BORDIEU, P. *Outline of a Theory of Practice*. Cambridge Studies in Social Anthropology, 16. Cambridge University Press, Cambridge, 1977.

BRIGHTON, S. A. *Prices that suit the times: Shopping for ceramics at the Five Points*. *Historical Archaeology* 35.3 (2001): 16-30.

CABALLERO ZOREDA, L. *Edifício Histórico y Arqueología: um compromisso entre exigências, responsabilidad y formación*. Arqueología de la Arquitectura. Madrid, 2009.

_____. *Recomendaciones Metodológicas para el Trabajo Arqueológico em la ciudad de Valencia*. Madrid, 2004.

CARANDINI, A. *Histórias en la tierra. Manual de excavación arqueológica*. Ed. Crítica, Barcelona, 1990.

CARVALHO, J. *Notas para o estudo da imigração alemã em Sergipe*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, n. 35, 2006.

CHOAY, F. *A alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Liberdade / Unesp, 2003.

CORTÉS, José Miguel G. *Políticas do Espaço: Arquitetura, Genero e Controle Social*. São Paulo: Editora Senac, 2008.

COSTA, C. A. S. *Materiais Construtivos da Primeira Catedral do Brasil: modelos de estudos para telhas, tijolos, cravos e azulejos aplicados aos materiais do sítio da antiga igreja da Sé, Salvador, Bahia*. *Clio Arqueológica*, Nº 19 – Vol. 2, 2005.

COSTA, D. M. *Lavras do Abade: Estratégias de Gestão para o Patrimônio Arqueológico Histórico em Pirenópolis*. Dissertação de Mestrado, UCG, Goiânia, 2003.

DANTAS, B. *Laranjeiras entre o passado e o presente. O Despertar do Conhecimento na Colina Azulada*. VOL II, Laranjeiras, 2009, volume 2.

DANTAS, I. *História de Sergipe: República (1889-2000)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

FITTS, R. *The rhetoric of reform: The Five Points missions and the Cult of Domesticity*. *Historical Archaeology*, 2001, p. 115-132.

FLORENZANO, M. B. B. *Numismática e História Antiga*. In: Anais do 1º Simpósio Nacional de História Antiga. João Pessoa: 1984.

FUNARI, P. P. *Grécia e Roma*. São Paulo. Ed. Contexto, 2007

GLASSIE, H., *Material Culture*. Indiana University Press, Bloomington, 1999.

GOITIA, F. *Breve história do urbanismo*. Ed. Alianza, 7ª Edição. Madrid, 2008.

GUIMARÃES, A. A. *A estética implausível da modernização no Brasil*. Revista Humanas, CAR/UFES, 2010.

GUIMARÃES, D. V. S. *Algumas considerações acerca da formação e atuação dos principais pintores sergipanos no século XIX*. SCIENTIA PLENA, Vol. 4, Num. 5, 2008.

HAROUEL, J. L. (1945). *História do urbanismo*. Tradução: Ivone Salgado – Campinas, SP – Papirus, 2004.

HARRIS, E. C. (1979), *Principios de estratigrafía arqueológica*, Ed. Crítica, Barcelona, 1991.

HARRIS, E. C; CARANDINI. A. *Metodologia dos trabalhos de escavação arqueológica*. 1988.

HODDER, I. *A leitura do passado: Abordagens atuais para interpretação em Arqueologia*. Cambridge University Press, Cambridge, 1986.

_____. *Theory and Practice in Archaeology*. Routledge, London, 1992.

HOLANDA, S. B de. *Raízes do Brasil*. São Paulo, Cia. Das Letras, 1998.

HUME, I. N. *A Guide to Artifacts of Colonial America*. University of Pennsylvania Press Philadelphia, 1975.

JOHNSON, M. *Teoría Arqueológica: Una Introducción*. Ed: Ariel S.A.: Barcelona, 2000.

JONES, O. R. SULLIVAN, C. *The Parks Canada Glass Glossary for the Description of Containers, Tableware, Closures, and Flat Glass*. Minister of Supply and Services Canada, 1985, 1989.

LIMA, T. A. *Os marcos teóricos da arqueologia histórica, suas possibilidades e limites*. Estudos Ibero-Americanos, PUCRS, Porto Alegre, v. 28, n. 2, p. 7-23, 2009.

_____. *Pratos e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX*. Anais do Museu Paulista - História e Cultura Material, vol. 03, Nova Série. São Paulo, 1995.

_____. *Chá e simpatia: uma estratégia de gênero no Rio de Janeiro oitocentista*. Anais do Museu Paulista - História e Cultura Material, vol. 05, Nova Série. São Paulo, 1997.

LUCAS, G. *Critical Approaches to Fieldwork*. London: Routledge, 2001,

KING, A. D., *Urbanism, Colonialism, and the World Economy – Cultural and Spatial Foundations of the World Urban System*, Routledge, London, 1990.

KOTKIN, J. *A cidade, uma história global*. Tradução: Rafael Mantovani. Crítica e Ensaio e História, SP, 2012.

LEÃO, L. C. C. *O espaço livre público e a visão cotidiana da paisagem: o caso do centro histórico de Laranjeiras-SE*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

LEMPS, X. V., *Les interactions complexes entre colonisations européennes et métropolisation*, Les enjeux de la métropolisation en Méditerranée, vol. 64–2002.

MARTINS, M.; RIBEIRO, M. do C. *A arqueologia urbana e a defesa do património das cidades*. Forum. Ed. Conselho Cultural da U. do Minho, 2010.

MENDES, R. P. *A cidade colonial do Estado Novo e a estruturação do território ultramarino – Primeiras Abordagens*. Actas do XII Colóquio Ibérico de Geografia. Porto: Faculdade de Letras, 2010.

MENDONÇA, J. U.de; SILVA, M. L. M. C. e. *Sergipe Panorâmico: Geográfico, Político, Histórico, Econômico, Cultural, Turístico e Social*. 2 ed. Aracaju: Unit, 2009.

MESKELL, L. *Negative Heritage and Past Mastering in Archaeology*. Columbia University. *Anthropological Quarterly*, Vol. 75, No. 3, 2002.

MOMESSO, B. P. *Indústria e Trabalho no século XIX: O estabelecimento de Fundação e Máquinas de Ponta d'Areia*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Fluminense/Departamento de História, 2007.

MUMFORD, L. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. Trad. de Neil R. da Silva., 4. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NUNES, V. M. M. *Laranjeiras: de cidade histórica a Encontro Cultural- busca de elementos para a integração da ação cultural*. Rio, UNIRIO. Curso de Mestrado em Administração de Centros Culturais, 1993.

O'KEEFFE, T.; YAMIN, R. *Urban historical archaeology*. Chapter 6. Cambridge, UK, New York : Cambridge University Press, 2006.

OLIVEIRA, P. J. de. *Registro de Fatos Históricos de Laranjeiras*. Aracaju: Casa Ávila, 1942.

ORSER JR, C. *Encyclopedia of Historical Archaeology*. New York: Taylor e Francis e-Library, 2005.

PASSOS SUBRINHO, J. M. *História Econômica de Sergipe (1850 – 1930)*. Aracaju, UFS, Programa Editorial da UFS, 1987.

PENSAVENTO, S. *O Imaginário da Cidade: Visões Literárias do urbano*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

POLITIS, G. G.; GOLLÁN, J. A. P. *Latin American Archaeology: From Colonialism to Globalization*, 2004.

PRAETZELLIS, M.; PRAETZELLIS, A., *Anthropological Studies Ceruer, SonomaState University*. Rohnert Park - USA, 2004.

RYKWERT, J. *A ideia de cidade*. Ed. Perspectiva, 2006.

ROSKAMS. *Teoría y práctica de la excavación*, Barcelona, Crítica, 2003.

SANTOS, C. A. J. FRANÇA, V. L. A. *Produção do espaço de Laranjeiras – Sergipe – Brasil: Desruralização e Urbanização*. Núcleo de Pós Graduação da UFS, Sergipe, 2006.

SANTOS, L. S. *A Produção do Espaço Agrário Sergipano – Estruturação e Arranjos*. Revista Ponta da Lança, São Cristóvão. V. 4, n. 7, 2010.

SECCHI, B. *Première leçon d'urbanisme*. Marselha: Éditions Parenthèses, 2006 (Ed. Laterza&Figli, 2000).

SHANKS, M. & HODDER, I. *Processual, postprocessual and interpretative archaeologies*. In: HODDER, I. et alli (ed). 1995. *Interpreting archaeology*. Routledge, London/new York, 1995.

SHANKS, M. & TILLEY, C. *Re-constructing Archaeology: Theory and Practice*. Routledge, London /New York, 1992.

SCHURMANN, B. *Urbanização Colonial na América Latina: cidade planejada versus desleixo e caos*. Textos de História, vol. 7, nº 1/2, 1999.

SYMANSKI, L. C. P. *Louças e auto-expressão em regiões centrais, adjacentes e periféricas do Brasil*. Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (IGPA) da Universidade Católica, 1997.

———. *Bebidas, panacéias, garrafas e copos: a amostra de vidros do Solar Lopo Gonçalves*. Revista da Sociedade de Arqueologia Brasileira, 1998.

———. *Espaço Privado e Vida Material em Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre – 1998.

———. *Grupos domésticos, comportamento de consumo e louças: o caso do Solar Lopo Gonçalves*. Revista de História Regional, 2007.

SHANKS, M.; HODDER, I. *Processual, postprocessual and interpretative archaeologies*. In: *Interpreting archaeology – finding meaning in the past*. London – 1995.

SYMONDS, J., *Steel City: An Archaeology of Sheffield's Industrial Past*. University of Sheffield, 2009.

SZTULWARK, P. *Ciudad Memoria, Monumento, lugar y situación urbana*. Revista Outra Mirada nº 4, A.P.A, 2005.

REIS FILHO, N. G. "La ciudad barroca". Em História urbana beroamericana, Madri, Testimónio (1968). *Evolução urbana do Brasil. (1500- 1720)*. São Paulo, Pioneira, 1990.

RENFREW, C.; BAHN, P. (Eds). *Archaeology: The Key Concepts*. Routledge, 2005.

TANTALEÁN, H. La Arqueología social peruana: ¿Mito o realidad?. En: *Cota Zero* (19). Vic. España, 2004.

TILLEY, C. *An ethnography of the neolithic*. Berg Publishers, Oxford/Providence, 1996.

TOCCHETTO, F. *Fica dentro ou joga fora? Sobre práticas cotidianas em unidades domésticas na Porto Alegre Oitocentista*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, Porto Alegre. Revista Arqueologia, 2003.

_____. *A Faiança Fina em Porto Alegre: Vestígios Arqueológicos de uma cidade*. Porto Alegre: Editora da Secretaria Municipal de Cultura, 2001.

TRIGGER, B. G. *História do Pensamento Arqueológico*. Ed. Odysseus, 2004.

UCKO, P. J. *Theory and Archaeology: A word perspective*. Ed. Routledge, London and New York, 2005.

VIEIRA, R. M. L. *A Imagem do Rei e do Reino de Portugal Através das Moedas de D. Fernando (1367-1383)*. Dissertação de Mestrado. Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 1994.

_____. *Uma grande coleção de moedas no Museu Histórico Nacional*. In: Anais do Museu Histórico Nacional, volume 27, Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1995.

YAMIN, R. *Lurid tales and homely stories of New York's notorious Five Points*. Historical Archaeology, p. 74-85, 1998.

_____. *Introduction: Becoming New York: The Five Points Neighborhood*. 7 Vols. Ed. Service Administration, New York, EUA, 2000.

_____. *Alternative narratives: respectability at New York's five points*. *The Archaeology of Urban Landscapes: Explorations in Slumland*, Cambridge University Press, Cambridge, p. 154-170, 2001a.

_____. *Lurid tales and homely stories of New York's notorious Five Points*. *Historical Archaeology*, p. 74-85, 1998.

WALL, D. Z. Afterword: Becoming New York: The Five Points Neighborhood. *Historical Archaeology*, p. 133-135, 2001.

WRIGHT, G., *The Politics of Design in French Colonial Urbanism*, The University of Chicago Press, Chicago, 1991.

ZARANKIN, A. *Paredes que Domesticam: Arqueologia da Arquitetura Escolar Capitalista, o caso de Buenos Aires*. Campinas – IFCH – UNICAMP, 2002.

ZMITROWICZ, W. *A Importância das Informações para o Planejamento Urbano*. Ed. Apocaliptus, 2012.

ANEXOS

Anexo 3 – Formulário de estruturas (LAPIC)



FORMULÁRIO DE ESTRUTURA

Sítio: Data: Pesquisador:

Nº da estrutura: Tipo:

Unidade: Nível: Camada:

Dimensões:

Descrição:

Forma na seção horizontal:

Forma na seção vertical:

Perturbação:

Nº da planta: Nº da fotografia:

Anexo 4 – Formulário dos perfis estratigráficos.

SÍTIO:
U.E:

LOCALIZAÇÃO:
CF - PP -

RELAÇÕES ESTRATIGRÁFICAS:	
IGUAL A	
SE APOIA EM	
É APOIADA POR	
CORTA A	
CORTADA POR	
SE ENCOSTA EM	
É ENCOSTADA POR	

DESENHO:	
FOTO GERAL:	
FOTO DA UNIDADE:	
Fotos num.:	Fotos num.:
Planos/croquis num.:	Data:
Resp.:	

DIAGRAMA ESTRATIGRÁFICO PARCIAL:
DESCRIÇÃO DA UNIDADE:
VERTICAL <input type="checkbox"/> HORIZONTAL <input type="checkbox"/> INTERFACIAL <input type="checkbox"/>
DESCRIÇÃO DE MATERIAIS:
MATERIAL COLETADO:
OBSERVAÇÕES:

Anexo 5 – Trecho que cita a fundição em Laranjeiras. Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros – 1891 a 1930.

Além das enunciajas, outras fabricas ha que, por falta de dados, não vão especificadas; taes são as que existem nos municipios de Itabaiana e N. S. das Dores para descaroçar algodão ; nesta capital uma fabrica de fundição e preparos de ferro em regulares proporções, uma de oleo de mamona, uma serraria á vapor, duas de calçados, diversas de preparados de fumo e duas de refinação de assucar ; na Estancia uma de oleo e de sabao de côco na praia do Avahú, uma de calçados e uma ferraria á vapor ; em Laranjeiras e Maroim uma de fundição de ferro e uma de preparados de fumo.

A industria do sal já é explorada em notavel escala, mas inteiramente entregue ás leis naturaes, sem a mais leve manifestação da intelligencia humana ;

Anexo 6 – Sobre o Estatuto da Sociedade Dramática Recreativa, tratando dos regulamentos estabelecidos para os seus sócios, publicado no jornal “Correio Sergipense, em 21 de maio de 1857.

<p style="text-align: center;">ESTATUTOS</p> <p style="text-align: center;">DA SOCIEDADE DRAMATICA RE- CREATIVA.</p> <p style="text-align: center;">TITULO I.</p> <p style="text-align: center;"><i>Da Sociedade</i></p> <p>Art. 1. A Sociedade Dramatica Re- creativa será composta de tantos so- ci s quantos representarem o numero lixo de quinhentas acções.</p> <p>Art. 2. O valor total destas acções será applicado a compra ou edificação de um prédio destinado a represen- tações dramaticas escolhendo-se Dra- mas que diffundão a moral e bons cos- tumes.</p> <p style="text-align: center;">TITULO II.</p> <p style="text-align: center;"><i>Do Capital da Sociedade.</i></p>	<p>no:</p> <p>§ 1. Todo o expediente official da sociedade.</p> <p>§ 2. Assistir as sessões , escrever e assignar a acta de tudo quanto so passar.</p> <p>§ 3. Convocar assemblea geral dos socios quando lhe for ordenado pelo Presidente annunciando pelos jornaes 8 dias antes.</p> <p>§ 4. Rubricar os cartões de convite para os espetaculos da sociedade.</p> <p>§ 5. Assignar as acções.</p> <p>§ 6. Fazer todos os lançamentos do expediente activo e passivo da so- ciedade.</p> <p>§ 7. Occupar o lugar de Presidente.</p> <p>Art. 14. Compete ao 2.º secreta- rio:</p> <p>§ 1. Todas as funções do 1.º</p> <p>§ 2. Substituir o thesoureiro no caso de não occupar o lugar de 1.º secre- tario.</p> <p>Art. 15. Compete ao zelador:</p> <p>§ 1. Fazer as compras dos objectos que forem necessarios recebendo a importancia da mão do thesoureiro.</p> <p>§ 2. Fiscalisar as obras da sociedade e mais despezas d'ella.</p>
--	--

Anexo 7 - Documento de partilha de terreno do RT, passado como herança de Guilherme Jonh Smith a Jonh Smith.

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
Domingos Felix de Santana *Domingos*
TABELIÃO
Oficial do registro de Imóveis e escrituração
do 1.º ofício de justiça.
Rua de Laranjeiras, 175
Telefone - 536
Aracaju - Sergipe

C E R T I D ã O

Domingos Felix de Santana, Escrivão do civil e mais anexos do primeiro ofício de --
justiça da Comarca de Aracajú, Capital do
Estado Federado de Sergipe, na forma da --
lei etc.

Certifico e dou fé que revendo em meu cartorio os autos do arrolamento dos bens deixados por falecimento de Guilherme John Smith, deles verifiquei constar as seguintes peças que me foram requeridas por pessoa interessada: Fls. 6 e v."Termo de compromisso: Aos vinte dias do mes de Janeiro do ano de mil novecentos e trinta e oito, nesta cidade de Aracajú, na sala das audiencias, no Palacio da Justiça, as dez horas, onde se achava o MM. Juiz de Direito da 3ª Vara dr. Olimpio Mendonça, ahi presente o cidadão João Smith, representado por seu procurador e advogado Bel. Togo Albuquerque, pelo Juiz lhe foi deferido o juramento, na forma da lei, debaixo do qual lhe encarregou de bem e honradamente declarar a data em que faleceu seu pai Guilherme Jonh Smith, se tinha o mesmo deixado alguma disposição testamentaria, quaes eram os seus herdeiros e desse á carregação todos os bens, sem ocultar nenhum, sob pena de perder o direito, que neles tiver, e pagar o dobro da sua valia. E sendo por ele aceito o dito encargo, declarou que seu pai Guilherme John Smith, faleceu no dia 21 de dezembro de 1937, sem testamento, deixando herdeiros e bem afirma ser exato, sem ocultar cousa alguma a-fim-de não incorrer nas penas cominadas. Do que para constar lavro - este termo em que assina o Juiz e o Procurador do requerente. Eu, Manoel Nicanor do Nascimento, escrivão interino o escreví. (aa) Olimpio Mendonça. Togo Albuquerque." Fls. 6v. "Filhos

Termo de compromisso

João Smith, brasileiro, casado, d'igo solteiro, maior, mecânico

Titulo de -

de -
her-
dei-
ro.

Auto
de -
des-
cri-
ção
de
Bem.

Regis-
tro
de
imovei-

mecânico; Edgar Smith, brasileiro, maior, Janette Smith, maior, doméstica, brasileira, todos residentes e domiciliados nesta cidade. Aracajú, 20 de janeiro de 1938. O Escrivão Interino, Manoel Nicanor Nascimento. "fls. 7.: Em seguida na mesma data, declarou mais o procurador do arrolante João Smith que o decujus deixou os bens seguintes: Imóveis: Um trapiche denominado "Conceição" na cidade de Laranjeiras, deste Estado; Um terreno baldio, medindo 250 palmos, situado na Av. Barão de Maroim, nesta cidade, com a frente para o norte, com 250 palmos de extensão de frente a fundos, limitando pelo -- poente com Alexandre Fagundes, pelo nascente com Manoel Ferreira e sua com Felisberto Santos; Um barracão, situado na Av. Barão de Maroim, desta cidade. E foram estas as declarações que fez o arrolante, obrigando-se a fazer em tempo oportuno outras quaisquer que se tornarem necessárias. Do que para constar lavrei este termo que vai assinado pelo MM. Juiz e advogado do arrolante. Eu, Manoel Nicanor Nascimento, escrivão interino escreví. (aa) Olímpio Mendonça. Togo Albuquerque." Fls 13: "Republica dos Estados Unidos do Brasil. - Registro de Imóveis. Estado de Sergipe. Termo de Laranjeiras. Comarca de 8ª Comarca. Guilherme Smith. adquirente. Certifico que a fls. 113v-114 do livro nº 3, foi feita hoje sob nº 32 a transmissão do imóvel:- Um trapiche denominado "Alambique Conceição" situado na praça Jesuino Meneses, na cidade de Laranjeiras deste Estado, tendo na frente que dá para o sul dois portais de madeira situado entre o quartel de polícia pelo lado do poente e pelo do nascente com quem de direito, indo os fundos terminar na margem do rio Cotinguiba com todas as suas terras e benfeitorias. Obs.: compra e venda. - Preço: 1:000\$000. Escritura do Tabelião Manoel Campos. Em 2 de fevereiro de 1932. O Referido é verdade e dou fé. Laranjeiras, cinco de fevereiro de mil novecentos e 32. (a) J. Nunes.

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Domingos Felix de Santana

TABELIÃO

Oficial do registro de Imóveis e escrivão
do 1.º ofício de justiça.

Rua de Laranjeiras, 175

Telefone - 536

Aracaju - Sergipe

Nunes Filho, Oficial. Fls. 36: AUTO DE PARTILHA: Aos vinte e oito dias do mes de julho de mil novecentos e trinta e oito, nesta cidade de Aracajú, na sala das audiencias, no Palacio da Justiça, as 10 horas, onde se achava o MM. Juiz de Direito da 3ª Vara desta Comarca dr. Olimpio Mendonça, comigo escrivão interino de seu cargo adeante nomeado; presentes o partidor do Juizo, Candido Soares de Melo, o advogado do arrolante, Bel. Togo Albuquerque e a revelia do dr. Procurador Fiscal do Estado, em seguida, o MM. Juiz dr. Olimpio Mendonça -- ordenou que se procedesse a partilha dos bens deixados pelo falecido Guilherme John Smith, a que foi feito pela maneira seguinte: Acharam o Juiz e o Partidor que os bens descritos e avaliados a fls. importam em dois contos e trescentos mil - réis (2:300\$000), que constitue o monte mor, no presente -- arrolamento. Que dividindo-se esta importancia em tres partes iguaes, por serem tres os herdeiros, caba a cada um setecentos e sessenta e seis mil e seiscentos e sessenta e seis reis. E por esta forma houveram eles Juiz e partidor por feito esta partilha, para na conformidade dela se fazerem os pagamentos. Observando-se a maior igualdade possivel. Do que - para constar lavrei este auto, que depois de lido e achado - conforme vai devidamente assinado por todos os presentes. Eu, Manoel Nicanor Nascimento, escrivão interino escreví. (AA) - Olimpio Mendonça. Candido Soares de Melo. Togo Albuquerque. - Quinhão para pagamento ao herdeiro arrolante João Smith de - sua legitima paterna na importancia de Rs 766\$666. Haverá na digo no Trapiche denominado "Conceição", na cidade de Laranjeiras deste Estado, avaliado por um conto de reis, nele a quantidade de trescentos e trinta e tres mil trezentos e trinta e tres reis. Haverá mais no terreno baldio, medindo 250 palmos, situado na Av. Barão de Maroim, nesta cidade, com a frente para o norte com 250 palmos de extensão de frente a fundo, li-

Auto
de
partilha

limitando-se ao poente com Alexandre Fagundes, ao nascente - com Manoel Ferreira, ao sul, com Felino Fontes, descrito e avaliado por 1:000\$000, nele a quantia de tresentos e trinta e tres mil reis. Haverá, finalmente, no baracão, situado a Av. Barão de Maroim, desta cidade, descrito e avaliado a fls por 300\$000, nele a quantia de cem mil reis, ficando assim cheio este quinhão, do que para constar fiz este termo. Eu, Manoel Nicanor Nascimento, escrivão interino o escreví. (aa) Olimpio Mendonça. Candido Soares de Melo. QUINHÃO: feito para pagamento ao herdeiro Edgar William Smith, de sua legitima paterna na importancia de 766\$666. Haverá no trapiche de nominado "Conceição" na cidade de Laranjeiras, neste Estado, descrito e avaliado por 1:000\$000, nele a quantia de tresentos e trinta e tres mil tresentos e trinta e tres reis. Haverá mais no terreno baldio, medindo 250 palmos, situado à Av. Barão de Maroim, nesta cidade, com a frente para o poente com 250 palmos de extensão de frente a fundos, limitado pelo poente com Alexandre Fagundes, ao nascente com Manoel Ferreira e ao sul com Felino Fontes, avaliado e descrito a fls. por 1.000\$000, nele a quantia de tresentos e trinta e tres mil tresentos e trinta e tres reis, e Haverá finalmente, no baracão, situado a Av. Barão de Maroim, nesta cidade, descrito e avaliado por tresentos mil reis, nele a quantia de cem mil reis, ficando assim cheio este quinhão, do que para constar fiz este termo que assinam. Eu, Manoel Nicanor Nascimento, escrivão interino o escreví. (aa) Olimpio Mendonça.--Candido Soares de Melo. QUINHÃO para pagamento a herdeira Janette Smith, por sua legitima paterna, na importancia de 766\$666. Haverá na trapiche denominado "Conceição" na cidade de Laranjeiras, deste Estado, descrito e avaliado a fls, por 1:000\$000, nele a importancia de 333\$333; Haverá, mais, no terreno baldio, medindo 250 palmos, situado à Av. Barão de Maroim, nes-

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Domingos Felix de Santana

TABELIÃO

Oficial do registro de imóveis e escrivão
do 1.º ofício de Justiça.

Rua de Laranjeiras, 175

Telefone - 536

Aracaju - Sergipe

nesta cidade, com a frente para o norte, com 250 palmos de extensão de frente a fundos, limitado pelo poente com Alexandre Fagundes, pelo nascente com Manoel Ferreira e pelo sul com Felino Fontes, descrito e avaliado a fls. por 1:000\$000, nele a quantia de 333\$333; e Haverá finalmente, no baracaão, situado a Av. Barão de Maroim, nesta cidade, descrito e avaliado a fls. por 300\$000, nele a quantia de cem mil reis, ficando assim cheio este quinhão, do que para constar lavrei este termo que lido e achado conforme mandou o Juiz que se cumprisse e guardasse como nela se contem e declara a presente partilha que assinam. Eu, Manoel Nicanor Nascimento, escrivão interino escrevé. (aa) OLÍMPIO MENDONÇA. CANDIDO SOARES DE MELO. TABELIÃO: Estado de Sergipe. Estação Arrecadadora de Aracaju. 98 Rs 52\$200. Exercício de 1938. As fls do livro de receita fica debitada a importancia de 55\$200, importancia que pagou João Smith, Edgard William Smith e Janete Smit, do imposto de 2% e mais 20% sobre adicionais sob 2:300\$000 quehouveram de legitima de seu pai Guilherme John Smith, conforme arrolamento requerido no prazo da lei, no juizo da 3ª Vara. E para constar se deu este assinado pelo tesoureiro. (a) J. Ouro. Em 35 de 8 de 1938. Estado de Sergipe. Estação Arrecadadora de Aracaju. nº 99. Exercício de 1938. As fls. do livro de receita fica debitado o tesoureiro na importancia de quatro mil e seiscentos reis, importancia que pagou João Smith, arrolante dos bens deixados por seu pai Guilherme John Smith, do imposto de 0,2% sob 2:300\$000, valor do monte partivel dos ditos bens com registro do arrolamento. E para constar, se deu este assinado pelo tesoureiro. Em 25 de 8 de 1947. (a) J. Ouro. SENTENÇA: Vistos, etc. Julgo por sentença a partilha de fls. 36a39 dos bens que ficaram por falecimento de Guilherme John Smith para que produza os seus devidos e lagais efeitos. Cumpra-se

Cumpra-se dita partilha na forma em que foi lançada, pagas -
as custas pelos herdeiros. Publique-se e intime-se. Aracajú,
25 de agosto de 1938. (aa) Olimpio Mendonça. Observe-se quan-
to ao pagamento as custas, a isenção de que trata o despacho
de fls. 39v. Publicação: Em 26 de agosto de 1938, em carto-
rio publico a sentença retro e supra, do que para constar -
fiz este termo. Eu, Manoel Nicanor Nascimento, escrivão es-
creví. E certifico mais que a sentença acima transcrita, --
transitou em julgado. Esta conforme o original. Passado nes-
ta cidade de Aracajú, aos 2 dias do mes de agosto de 1947.



Nº 371-3
Ma. 69 PROTOCOLO - 1B
Apresentado no dia 4 de Setembro de 1947
O Oficial,
João Maria Felix

Anexo 8 – Alvará de transferencia de terreno.

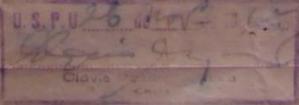

MINISTERIO DA FAZENDA
SERVIÇO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
DELEGACIA DO ~~DISTRITO FEDERAL~~ Sergipe

ALVARÁ N.º 224

Por esta Delegacia se declara, em virtude do despacho do Sr. Chefe da Delegacia do S.P.U. em Sergipe no processo n.º 887/65, foi concedida a João Smith, por si e por procuração de Edgar William Smith e Janete Smith, licença válida somente por noventa (90) dias contados da data da sua expedição, para transferir um terreno de marinha situado à Praça Josino Menezes na cidade de Laranjeiras, e benfeitorias existentes a Américo Miniz Barreto, por delegação de poderes do Sr. Diretor do Serviço do Patrimônio da União pela portaria nº 15 de 20.1.49. E, virtude do Decreto-Lei nº 9.760 de 5.9.46, fica o adquirente obrigado a no prazo de sessenta (60) dias contados da data da Escritura no Cartório de Imóveis / requerer a esta Delegacia transferencia para seu nome do registro nº 3753 e responsável pela taxa de ocupação anual de Cr\$ 1.000.

visto ter provado que se acha quite da taxa devidos e do laudêmio correspondente a 5% da quantia de Cr\$ 5.000 por quanto foi oficialmente avaliado o mesmo ou Cr\$ 100.000 pagos na Exatoria Federal em Laranjeiras, segundo conhecimento n.º 83 de 23 de novembro de 1965

DIMENSÕES, CONFRONTAÇÕES E FÔRO
Mede de área 500,00 m2. Limita-se ao norte com o Rio Cotinguiba, ao sul com a Praça Josino Menezes, a leste com a primeira casa da Rua 13 de Maio, e a oeste com o prédio do Quartel da Polícia.


Classe

Alvará mod. DMF - 4.000 Imp. Nacional —

APÊNDICES

Apendice 1 – Planta baixa das escavações.



PLANTA DAS ESCAVAÇÕES COM DELIMITAÇÃO DOS LOCUS

PROJETO/TÍTULO: PALIMPSESTOS DE UMA CIDADE: PERSPECTIVAS DA ARQUEOLOGIA URBANA NA CIDADE TEATRO DE LARANJEIRAS-SE.

ESCALA: 1/100

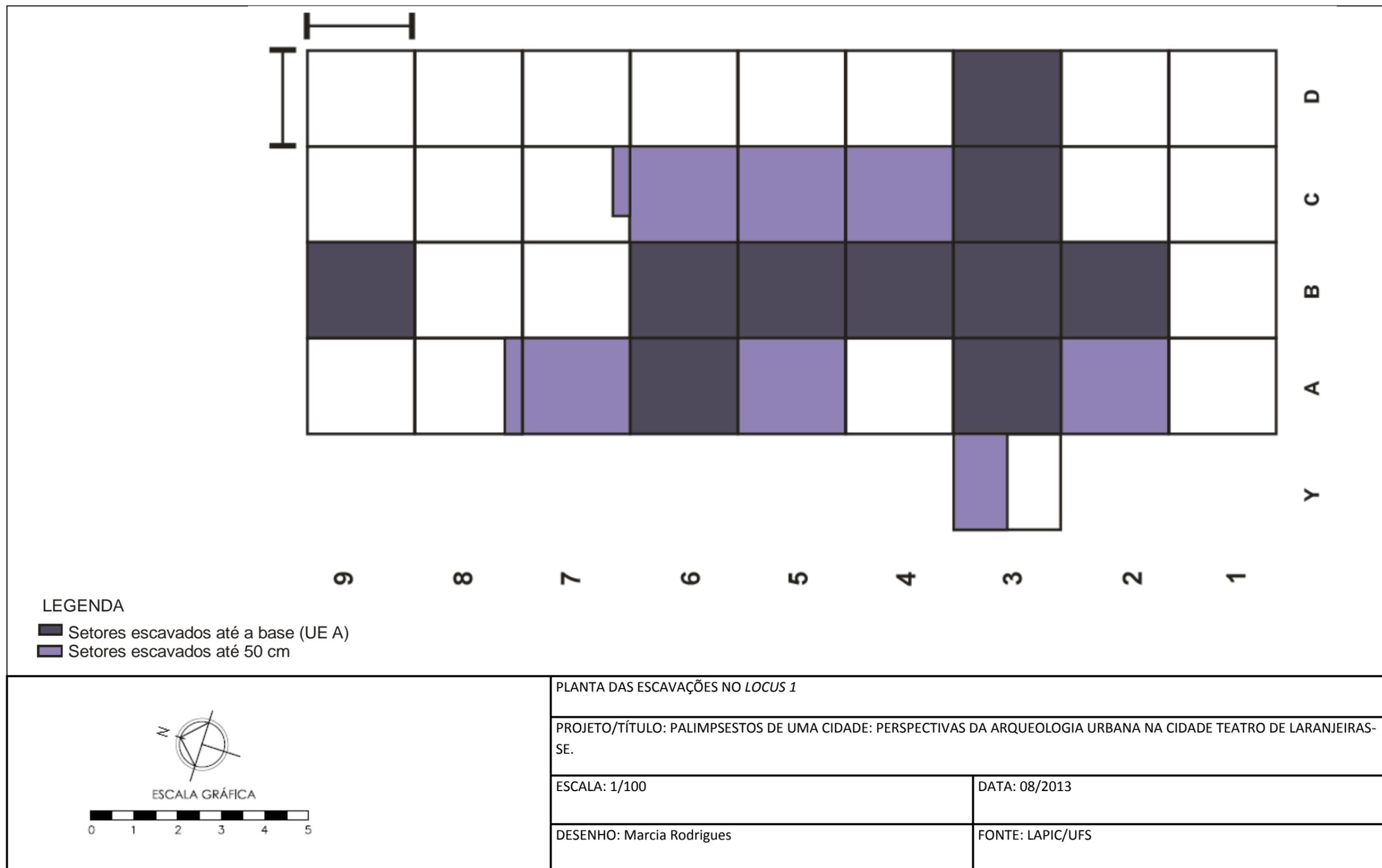
DATA: 06/2013

DESENHO: Marcia Rodrigues

FONTE DO LEVANTAMENTO CADASTRAL: IPHAN-SE



Apendice 2 – Desenho das escavações no *Locus 1*.



Apêndice 3 – Fotos (Escavações/Laboratório)



Equipe técnica/Arqueologia



Escavações no *Locus 1*. Sítio RT.



Escavação no *Locus 3*. Sítio RT.



Aula de Prática de Campo, ministrada pela professora Marcia Barbosa no RT



Galpão construído pelo IPAHN após intervenções arqueológicas (2014)



Projeto de Restauração do RT, feito pela arquiteta Isadora



Cultura material retirada nas escavações do sítio RT.



Cultura material retirada nas escavações do sítio RT.



Cultura material retirada nas escavações do sítio RT.



Cultura material retirada nas escavações do sítio RT.



Cultura material retirada nas escavações do sítio RT.



Pesquisadores analisando o material retirado do RT.